



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 442 - DE 30 DE SETEMBRO A 14 de OUTUBRO DE 2012 - R\$ 3,00



**A crise econômica ameaça com
arrocho salarial e desemprego.**

**Defender a vida dos trabalhadores
levantando as bandeiras de
salário mínimo vital, escala móvel
de salários e emprego a todos
(escala móvel das horas de trabalho)**

**Rebelião muçulmana:
conflito entre
nações oprimidas e
nações opressoras**



Oposição revolucionária a Dilma

Crise ameaça empregos e salários: é preciso responder com a luta unitária e independente

Na segunda quinzena de setembro, as bolsas registraram quedas pelo mundo. As notícias acerca da economia norte-americana estagnada, a situação da economia européia, que enfrenta nova agudização da crise grega (greve geral) e espanhola (previsões de insolvência iminente) e a economia da China tendendo à estagnação são os motivadores da baixa geral. E a queda geral dos papéis, por sua vez, pressiona as economias para baixo.

As bolsas também caem no Brasil. Acompanham as tendências gerais mundiais. Mas tem elementos adicionais que agem em favor da queda: as notícias econômicas de previsão ainda menor do PIB e as de que os bancos vão reduzir juros dos cartões de crédito, assustados com o crescimento da inadimplência, e assim vão consolidar tendências de lucros menores. Os gigantescos lucros do Bradesco e Itaú registraram em muitos anos, pela primeira vez, uma tendência de queda.

Os índices e previsões do BC sobre a economia consolidam a avaliação da estagnação econômica brasileira: o PIB deve alcançar apenas 1,6% de crescimento em 2012. As previsões são de que, no meio do ano que vem, o PIB cresça 3,3%, o que coloca a perspectiva de crescimento bem inferior aos pretendidos 4% previsto pelo governo. A inflação de 2012 deve ficar em 5,5%, maior que a meta de 4,5% mas ainda dentro da faixa considerada pelo governo como tolerável, de 6,5%. Com os juros anuais fixados em 7,5%, não é mais possível, sem maiores gastos diretos do governo, reduzi-los mais, por conta de torná-los negativos. As previsões de que a inflação esteja ao redor de 4,9% em 2013 apontam para a possibilidade de manter os juros na faixa atual e ganhar uma estreita margem de manobra.

Mas o Banco Central tem jogado com três objetivos que são contraditórios: controlar inflação, baixar juros e segurar o câmbio. A inflação não tem crescido mais por conta das tendências recessivas. Os juros têm sido baixados para estimular o consumo, que pressiona a inflação. O câmbio estável não responde às flutuações de preços do comércio internacional, transmitindo pressões inflacionárias para dentro do país (há uma tendência de alta dos alimentos, causada pela quebra da safra norte-americana, o aumento dos preços em dólar será repassado aos preços em reais). A válvula de escape é o reajuste de preços, que recai invariavelmente sobre os assalariados.

A indústria não cresce desde 2010. As previsões são de crescimento zero para 2012. Ainda nesse ano, será -1,9% de queda na indústria de transformação.

Num país atrasado como o Brasil, é maior o papel do governo como investidor. E se verifica que muitas das obras de infraestrutura programadas estão paradas: ferrovias, rodovias, transposição do Rio São Francisco, refinarias, todas essas obras contam com atrasos médios e consequente elevação de custos. Só no Nordeste, os grandes empreendimentos do go-

verno Lula somam investimentos de mais de R\$ 110 bilhões. Em grande parte deles, têm atraso médio de três anos e meio. A refinaria Premium I, do Maranhão, cujas obras foram “oficialmente” iniciadas em janeiro de 2010, deveria estar pronta em 2013, mas agora está classificada como “em avaliação” pela Petrobrás, ou seja, já não é nem mesmo certo que ela será construída. A Premium II, do Ceará, lançada em dezembro de 2010, deveria estar pronta em 2014, mas foi adiada. A Abreu e Lima, em Pernambuco, está em obras, mas seus problemas multiplicaram seu orçamento em cinco vezes. A ferrovia Nova Transnordestina tem um trecho no Ceará paralisado e está com atraso na liberação de recursos. A transposição do São Francisco tem projetos incompletos, problemas ambientais, aumento de custos. Os problemas com essas obras têm como consequência mais pressão de retração econômica, com peso considerável sobre a economia no seu conjunto.

As políticas do governo e de controle do Banco Central, inicialmente apenas de caráter anticíclico, se estenderam para outras áreas, como a de redução do custo da energia elétrica. Mas os dados indicam que não têm sido suficientes para conter as tendências de retração econômica. Pesam contra elas as tendências gerais da economia mundial, que repercutem sobre o país de várias formas, mas principalmente pelo domínio do capital financeiro internacional sobre os ramos estratégicos da economia e o aumento da dependência externa causado pelos sucessivos planos econômicos e endividamento.

Diante das tendências colocadas, aumentam as pressões da burguesia por reformas governamentais de maior duração: ataques aos salários e direitos trabalhistas. A redução dos custos de produção é apontada como principal instrumento para atrair mais investimento.

Os empregos têm se apresentado em queda: na indústria de transformação, verifica-se a brutal redução da criação de postos de trabalho: de mais de meio milhão que eram disponibilizados em 2009/2010 para apenas 50 mil no período 2011/2012. São cerca de dez vezes menos postos de trabalho criados. Ainda não se manifesta concretamente a redução de postos de trabalho, mas ela é iminente, e é uma tendência da situação. Em outras palavras, as demissões e desemprego em massa são ameaças bem próximas.

A defesa da vida dos explorados diante das tendências da crise é a tarefa de maior importância do momento. As reivindicações de salário mínimo suficiente para preservar a vida da família trabalhadora, de reajuste automático diante do aumento dos preços e de emprego a todos, através da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução salarial) são as bandeiras que emergem. Sua defesa depende de impulsionar as tendências de luta que se manifestam fragmentadas, centralizá-las e unificá-las com independência da disputa entre as frações capitalistas em choque diante das ameaças da crise capitalista.

Eleições

Igreja católica quebra o “silêncio”

A descarada intervenção das igrejas evangélicas na disputa eleitoral e a liderança de seu candidato pelo PRB, Celso Russomanno, obrigou a igreja católica a vir à luz do dia exibir o lugar de força política que sempre ocupou. O arcebispo d. Odilo Scherer, da Arquidiocese de São Paulo, desatou uma ofensiva contra a Igreja Universal e outras variantes evangélicas.

Eis os seus termos: “A manipulação e a instrumentalização da religião em busca do poder político não são um bem para a sociedade”.

O difícil é encontrar uma situação política e especialmente uma eleição em que a igreja católica não influencie as massas e se arrastarem por trás de partidos e candidatos da burguesia. Manipular e instrumentalizar os explorados são ações que qualquer religião sabe fazer muito bem. A igreja católica, nesse sentido, tem um acúmulo de experiência acima de qualquer uma das seitas que com ela concorre pela conquista das “almas”.

Somadas, as religiões constituem um imenso curral. Com mais ou menos desenvoltura, com mais ou menos capacidade de arregimentação, todas as igrejas auxiliam os agentes da burguesia a se imporem diante dos oprimidos, que não têm como identificar o conteúdo de classe comum dos partidos capitalistas.

A igreja católica sempre esteve no poder do Estado, seja direta ou indiretamente. As evangélicas vêm ganhado espaço perante o catolicismo e para isso necessitam se plantar no seio do Estado. As vantagens materiais oferecidas pela máquina estatal são melhor aproveitadas no caso das igrejas terem maior disposição política.

As eleições constituem um momento fundamental no processo de reorganização das forças burguesas nos poderes da República. O aventureiro Celso Russomanno e o rasteiro PRB se valeram da rejeição crescente da sacrificada população ao PSDB e ao PT, bem como ao desprezo com o velho PMDB, para se despontar como meio de continuidade do poder burguês.

A igreja Universal não perdeu a oportunidade. Em contrapartida, a grande imprensa – via de regra católica, apesar de se declarar laica – partiu para uma campanha de alerta sobre a influência dos evangélicos na definição do poder no município de São Paulo. Admite-se que as igrejas defendam seus interesses e atuem nas eleições, mas não com o destaque ao ponto de transformar os seus locais de oração em comitês eleitorais.

Nota-se que todos os partidos da ordem burguesa recorrem às igrejas e estas se dividem em torno deles e de seus candidatos. Esse tipo de arregimentação dos explorados é aceito e incentivado. O que setores da burguesia não estão admitindo como bom para a reorganização do poder é a Universal comandar um partido (PRB), que poderá controlar a maior cidade do País. Essa possibilidade alertou a igreja católica, que necessita conservar seu histórico monopólio material, político e doutrinário.

Não por acaso, d. Odilo levou seu ataque à Universal ao nível de considerar a vitória do PRB um perigo para a democracia. Em nota, a Arquidiocese considera que os católicos estão diante de uma força que fomenta as discórdias e as ofensas.

Sacou uma nota do bispo da Universal, Marcos Pereira, publicada em 2011, na qual acusa a igreja católica de se vincular ao chamado “kit gay” (vídeo e material didático), que seria distribuído nas escolas pelo governo federal, para combater o preconceito contra os homossexuais.

Os evangélicos obscurantistas acusam os católicos obscurantistas de serem promotores do homossexualismo. O certo é que as bancadas católica e evangélica se uniram contra o material didático elaborado pelo ex-ministro Fernando Haddad e quase inviabilizaram a candidatura de Dilma Rousseff contra a de José Serra (PSDB), que soube explorar o reacionarismo das igrejas.

Esse ataque e contra-ataque no plano ideológico entre a Universal e a Católica refletem o aumento do poderio dos evangélicos não só no arrebatamento de fiéis para seus preceitos místicos, mas também no fortalecimento material e político de suas instituições. As massas empobrecidas e sujeitas à incultura se movimentam sob a pressão dos poderosos aparatos religiosos. A política e a religião confluem na constituição e movimentação do poder da burguesia sobre a maioria explorada.

Igreja promove debate

O candidato Celso Russomanno solicitou um encontro com d. Odilo antes do debate. Justificou que era preciso esclarecer o conflito e sua posição. Afinal, Russomanno se declara católico. E, segundo ele, não tem nada a ver com a nota de seu coordenador de campanha, Marcos Pereira, sobre o “kit gay”. Por isso, aceitaria participar do debate caso estabelecesse conversação antecipada com d. Odilo. Como não foi atendido, Russomanno não compareceu.

Esse episódio não tem aparentemente nenhuma importância. Para o candidato que está à frente soou como uma tentativa de golpe da igreja católica. Estava evidente que haveria uma união dos adversários contra Russomanno. E acabariam por julgar o papel da Universal nas eleições. Enfim, a igreja católica não daria o ponto sem o nó. Está aí um jogo político-eleitoral entre a Universal e a Igreja Católica que serviria aos distintos partidos e candidatos. Mas essa manobra era visível, tanto é que Russomanno procurou se desvencilhar condicionando sua participação a uma reunião com o arcebispo.

Sem o candidato do PRN, o debate caiu na mesmice. A importância do fato está em que igreja católica procurou mostrar seu poder. Todos os candidatos e partidos fariam reverência a um debate promovido pela Arquidiocese. E a igreja católica compareceria como pluripartidária.

Nada disso, porém, alterou a situação. José Serra e Fernando Haddad concorrem para ir ao segundo turno. O PRB faz parte da base aliada do governo de Dilma Rousseff. Todo cuidado é pouco. Caso Serra conquiste a segunda posição, o PT estará diante do apoio a Russomanno. O que não agradará a igreja católica, que certamente ficará com Serra. Na hipótese de Haddad ir para o segundo turno, será melhor para o PSDB ficar com Russomanno. A importância do conflito em torno da influência da Universal se relativizará e diminuirá para os

partidos, embora continue a atingir os interesses da igreja católica.

As eleições são o campo privilegiado da política burguesa. Os partidos da ordem podem comparecer perante as massas como duros adversários. Podem estar apoiados pelos aparatos em choque, como é o caso das igrejas, mas nunca fogem do denominador comum, que é a de defesa da propriedade privada dos meios de produção e da exploração capitalista do trabalho.

A classe operária se encontra sujeita a essas forças. As massas desorganizadas e dispersas nos bairros pobres e nas favelas não têm como reagir à arregimentação das forças que trabalham pela manutenção do capitalismo e de seus valores ideológicos.

Esquerda nas eleições

PSOL poderá vencer em Belém do Pará. Com qual política?

O candidato Edmilson Rodrigues do PSOL conta com 38,4% das intenções de voto neste fim de campanha. Em segundo, está José Priante, do PMDB, com 16%; o candidato do PSDB, com 12% e o do PT, 3%. Faz parte da coligação liderada pelo PSOL, o PCdoB e o PSTU.

Era previsível que Edmilson Rodrigues seguiria a mesma trilha do PT, de onde veio. A bandeira de “governar para todos”, mas prioritariamente para o povo pobre, indica o conteúdo burguês de sua candidatura. Ocorre que o homem é bem quisto por uma parte da população. Quando prefeito pelo PT, entre 1997 e 2004, Edmilson Rodrigues aproveitou o assistencialismo dos programas do presidente Lula (Fome Zero). Quando viu que o PT não poderia sustentar a demagogia, rompeu com o partido em 2005 para constituir o PSOL. Arrastou consigo as fórmulas do eleitoralismo petista.

Estando à frente nas pesquisas eleitorais, procura atrair as camadas mais conservadoras da pequena burguesia e setores assalariados com o assistencialismo. “Minha Casa, Minha Vida” e outras jóias do petismo são utilizadas, ao mesmo tempo em que afasta as tentativas do PSTU de esquerdizar a campanha com as bandeiras de passe livre, redução de tarifa, etc. Certamente, Edmilson Rodrigues pode continuar com o socialismo abstrato e a promessa de “governo do povo”.

A frente eleitoral foi batizada de “Belém nas mãos do povo”. O PSTU preferia “Belém para os trabalhadores”. A ideia original do PSOL era a de uma frente flexível, que poderia incluir o PT. O PSTU batalhou por uma coligação que não tivesse partido burguês. Admitiu, no entanto, o PCdoB, pelo fato de ser caracterizado como partido operário. Sequer acentua o conteúdo estalinista de sua política. E não tem importância que o PCdoB faça parte do governo Lula e seja responsável pela degeneração burocrática da União Nacional dos Estudantes. O PCdoB, no entanto, é um partido pequeno-burguês estalinista, profundamente degenerado no eleitoralismo.

É ótimo que o PSOL e seu candidato aproveitem a aprovação de quase 40% da população, para manter a política petista sem o PT. O PCdoB, que tem o vice, Jorge Panzera, ganhará com a vitória de Edmilson Rodrigues. O PSTU terá seu almejado quinhão caso seu candidato a vereador, Cleber Rabelo, seja eleito. A experiência do centrismo morenista com a frente “Belém nas mãos do povo” deve ser levada em conta.

As esquerdas que participam nas eleições mal podem ter suas presenças sentidas pelas massas. Comparecem diluídas no caudal da propaganda dos partidos burgueses. Aham que sua tarefa é conseguir alguns milhares de votos em nome de uma alternativa de esquerda, desligada e descompromissada com a classe capitalista. Caem na vala comum das promessas sobre a melhoria da educação, saúde e transporte.

A ausência do partido revolucionário – marxista-leninista-trotskista – no seio do proletariado possibilita que os partidos da burguesia atuem livremente para arrastar os trabalhadores e sua juventude por trás da política que perpetua a exploração e a miséria da maioria. Há que se trabalhar incessantemente pela superação da crise de direção revolucionária.

A direção do PSTU se contorce para justificar sua participação em uma coligação ditada pelo PSOL e PCdoB. Dois fatos concretos colocaram os morenistas contra a parede: 1) o apoio de Marina da Silva (ex-PT, ex-PV), que foi ministra de Lula; 2) o apoio de empresários, com doações de campanha.

Em ambos os casos, o PSTU teve de lançar declarações contrárias. Rechaça o apoio de Marina por representar uma posição burguesa. Parabéns! Rechaça a conduta do PSOL e de seu candidato em ter aceito dinheiro de empresas. Parabéns! Mas mesmo assim o PSTU continua a convocar os explorados a votar nas candidaturas do PSOL (prefeito), PCdoB (vice) e PSTU (vereador).

Os “revolucionários” não deveriam denunciar às massas seu repúdio, exigir um posicionamento público do PSOL e do PCdoB? Não deveriam romper com a coligação? Ao não tomarem nenhuma medida perante os explorados, as declarações servem tão-somente ao público interno do partido e ao pequeno círculo das esquerdas.

A declaração “Belém: Edmilson e o PSOL devem rever a decisão de aceitar dinheiro dos empresários” é escrita em tom solene e fúnebre. Começa narrando a divulgação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da prestação de contas em que o PSTU, estupefato, constata que a sua coligação eleitoral recebeu R\$ 389.405,57 de empresários. Lamenta que “a direção do PSOL e o companheiro Edmilson resolveram trilhar o mesmo caminho do PT no que toca a esse aspecto do financiamento das campanhas eleitorais”.

Isso é dito como se se tratasse de uma virgem desprevenida. Mas não há nada de surpreendente. O PSOL não somente recebeu em outros pleitos dinheiro de empresários, como sua direção tem em sua diretriz que tal relação é inevitável. O PSTU está cansado de saber disso. E já gastou tinta em seu “Opinião Socialista”, condenando esse aspecto das diretrizes do PSOL.

Até onde vai a hipocrisia dos morenistas? Diz a declaração: “Se Edmilson e o PSOL optarem por governar com os empresários, não será possível fazer as mudanças que o povo trabalhador de Belém necessita na saúde, na educação e nas demais áreas sociais”. Não se trata de opção, mas do fato inelutável de Edmilson e do PSOL governarem para e com os capitalistas. O candidato “socialista” já governou dois mandatos quando era

do PT. A sua ruptura e militância no novo partido (PSOL) não mudou em nada seu papel de político pequeno-burguês que serve à burguesia.

Assim, o PSTU sabia que a frente “Belém nas mãos do povo” receberia dinheiro de empresas. Agora, diante do fato, os morenistas lamentam e exortam: “Nós, do PSTU, fazemos um chamado à direção do PSOL e ao companheiro Edmilson para que revejam essa decisão (...)”. É para inglês ver, não? E conclui: “O PSTU está jogando todos os seus esforços para eleger Edmilson prefeito de Belém no 1º turno contra os candidatos da burguesia e com um programa de defesa de nossa classe, sem os patrões e o seu dinheiro sujo.”

Pois bem PSTU, seus esforços não evitaram que Edmilson e o PSOL fossem buscar “dinheiro sujo”. De que adianta seu orgulho em fazer uma campanha pelo seu candidato, Cleber Rabelo, com dinheiro exclusivo da militância, se também está empenhado em eleger o prefeito e o vice que se socorrem dos capitalistas? Assim não há como separar o dinheiro “sujo” do “limpo”.

PCdoB disputa Porto Alegre

O empate técnico entre José Fortunati do PDT e Manuela D’Ávila, do PCdoB deu esperança ao estalinismo de dirigir uma das cidades mais importantes do País. Sua subida foi surpreendente. De uma diferença de 8%, passou para 4%.

O PCdoB, no entanto, se escora no partido do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o PSD, e no PSC, uma sigla de aluguel. Unido a partidos direitistas, o PCdoB procurou angariar força eleitoral. O candidato do PT, Adão Villaverde, não consegue recuperar o prestígio de lideranças como Tarso Genro e Olívio Dutra.

Os petistas controlaram a prefeitura de Porto Alegre por quatro mandatos. Fizeram estardalhaço com os tais dos conselhos populares e gestão participativa. Mas os acontecimentos se encarregaram de mostrar à população de que se tratava de uma fraude dos pseudos reformistas. O orçamento participativo não passava de uma ficção. No Estado, seja em que instância for, o orçamento sempre é privado, somente no nome é público. Isso porque serve à classe capitalista e não aos assalariados e demais oprimidos. Assim, o PT foi se desmoralizando em um dos estados da federação em que mais se definia pela esquerda e em que mais ganhou força. Tanto é que governou Porto Alegre por 16 anos.

O PCdoB finalmente conseguiu com a deputada federal Manuela D’Ávila canalizar parte do voto petista para sua candidatura. No segundo turno, certamente, passará a depender do PT. O que é complicado, uma vez que o PDT também faz parte das bases do governo Dilma e é mais importante que o PCdoB. Mas esse jogo de interesses na política burguesa não vem ao caso

Assinalamos a disputa do PCdoB porque esse partido costuma desfraldar a bandeira vermelha com a foice e o martelo e colocar como pano de fundo a Internacional. Felizmente, na campanha eleitoral, decidiu escondê-la. É melhor para colher voto não se identificar com o comunismo, mesmo que seja uma falsificação estalinista. O PCdoB faria um grande favor e um gesto nobre se abandonasse de vez tudo que se refere ao comunismo. Esse é o destino de toda corrente que se integra de uma forma ou de outra na política burguesa.

Voto nulo programático

As esquerdas legalizadas e que participam nas eleições com candidaturas próprias ou em frentes eleitorais compa-

recem diluídas no marasmo da campanha burguesa. Não se apresentam com um programa revolucionário. Prometem uma administração dos trabalhadores no interior do Estado burguês. Limitam-se a fazer críticas pontuais às consequências do capitalismo sobre a vida das massas. Não mostram que as eleições são instrumento de dominação dos exploradores sobre os explorados. As esquerdas, do reformismo ao centrismo, alimentam a ilusão na possibilidade de modificar as condições brutais da saúde, educação, transporte e moradia, bastando que as massas elejam seus candidatos em lugar dos candidatos dos partidos burgueses.

Para conseguir votos, apelam à pieguice, ao sentimentalismo e ao romantismo pequeno burguês, confundindo-os com a defesa da vida dos explorados e com o socialismo. Achatam e pasteurizam a linguagem política, adaptando-se à mentalidade pequeno-burguesa hostil a tudo que diz respeito à estratégia da revolução proletária, aos métodos violentos da luta de classes, às tarefas que se chocam com os pilares de sustentação do capitalismo e da dominação imperialista, enfim, hostil a tudo que diz respeito à luta pelo comunismo.

Essas esquerdas buscam slogans de campanha, que as colocam tão-somente à esquerda dos partidos da burguesia.

A classe operária, os demais oprimidos e a maioria da juventude oprimida não as vêem como canal político por onde possam expressar seus problemas, seus descontentamentos e sua revolta. Na ausência do partido revolucionário – marxista-leninista-trotskista -, continuam completamente a mercê das pressões eleitorais exercidas pelos partidos, pelos candidatos, pelas igrejas, pelos sindicatos burocratizados e pelo poder econômico.

As esquerdas não se mostram capazes de utilizar as eleições para defender posições programáticas e principistas, que as coloquem em confronto com o eleitoralismo, com a arregimentação burguesa e com a ação obscurantista das igrejas. Obtiveram a legalidade e o registro eleitoral para projetar a política oportunista do socialismo abstrato ou socialdemocrata. Há aquela que clama a tática leninista contra o esquerdismo, mas se negam a defender o programa da revolução proletária perante as massas que são arrastadas pela política burguesa.

Está aí por que o POR mantém-se na posição de voto nulo programático. É a única via que temos para defender a independência de classe dos explorados. Seria infinitamente melhor se o POR tivesse se potenciado no seio do proletariado para conquistar o direito de defender nas eleições o programa da revolução socialista e convocar os explorados a votar nas candidaturas revolucionárias.

Temos consciência dos obstáculos históricos que se levantam perante a tarefa de superar a crise de direção aberta com a degeneração estalinista dos partidos comunistas e a restauração capitalista que mortifica as revoluções proletárias do século passado. Não haverá atalhos democráticos e eleitorais possibilitados pelo capitalismo que possam substituir o trabalho árduo de construção do partido nas entranhas do proletariado, dos pobres e famintos. Ou se tomam as eleições como uma situação particular para expor aos explorados a necessidade da revolução, para realizar a crítica de raiz ao capitalismo putrefato e para defender as reivindicações por meio dos métodos da ação direta, ou então se nega à tarefa de superar a crise de direção.

Nas eleições controladas pela burguesia e utilizadas pela esquerda oportunista, chamamos o voto nulo programático, pelas reivindicações transitórias que levam à luta pelo poder socialista e pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Os partidos e as promessas eleitorais de sempre

As eleições na sociedade capitalista são o campo por excelência das disputas das frações burguesas em torno do poder político governamental e do orçamento, em todas as esferas do Estado burguês, tendo como objetivo gerir os negócios gerais da classe dominante e garantir o respeito ao direito de propriedade. Em condições normais da luta de classes, quando o proletariado e demais explorados se encontram em refluxo, a burguesia se utiliza da forma política do Estado democrático de direito, possibilitando o reconhecimento formal dos direitos democráticos e civis, embora as condições econômicas, os robustos financiamentos de campanha por parte dos grupos econômicos capitalistas determinem, em última instância, qual das frações burguesas tem maior possibilidade de garantir a vitória eleitoral. Quando a luta de classes se intensifica e os choques entre os explorados com os governos e o Estado se tornam mais profundos, a classe dominante não tem qualquer pudor quando se trata de violar os direitos democráticos e civis e estabelecer uma ditadura aberta contra o proletariado e demais oprimidos.

A intervenção do partido revolucionário nas eleições é condicionada pelas condições políticas concretas da luta de classes e pela existência de ilusões democráticas entre os explorados nos governos, nas eleições e na democracia burguesa. Essa intervenção se dá a partir do programa e da estratégia da revolução proletária, isto é, os revolucionários transformam as eleições e a atuação parlamentar em tribuna revolucionária, no dizer de Lênin, defendendo as reivindicações elementares das massas, denunciando o capitalismo decadente e a exploração de classe, defendendo a revolução proletária como meio de sepultar a sociedade capitalista e abrir passagem ao socialismo. De nenhuma maneira, os revolucionários apresentam soluções administrativas rebaixadas como forma de resolver os problemas das massas (moradia, emprego, terra, educação etc.). Toda a intervenção eleitoral está vinculada ao método da ação direta e à luta de classes.

Os partidos burgueses se limitam ao fisiologismo, às relações espúrias com os setores capitalistas, às negociações no interior do Estado e do parlamento, expressando as relações oligárquicas. Os candidatos e coligações armadas pelo PT, PSB, PSDB, DEM, PMDB, entre outros partidos da ordem burguesa, apesar de suas particularidades, não fazem outra coisa que tentar convencer os grupos econômicos de que são capazes de gerir da melhor forma possível os interesses gerais da burguesia e conter o inconformismo das massas trabalhadoras. Quanto à população empobrecida e à classe média arruinada, são realizadas promessas de resolução dos problemas sociais que as atingem, sem tocar em nenhum instante no sagrado direito de propriedade. É o que fazem as candidaturas do PT (Nelson Pelegriño), DEM (ACM Neto), PMDB (Mário Kertész),

Márcio Marinho (PRB) e Tadeu da Luz (PRTB). No final, usam os recursos públicos para socorrer os capitalistas em crise, enquanto os trabalhadores e demais explorados são ludibriados sistematicamente durante o período em que estão no poder. De todos os partidos da ordem burguesa, o PT é o que tem maior capital social, tendo em vista que controla movimentos sociais e organizações sindicais, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Portanto, os partidos e correntes socialistas deveriam agir de forma diferente. Não é o que fazem as candidaturas da Frente de Esquerda (PSTU, PSol, PCB) e de certas correntes vinculadas ao stalinismo e ao reformismo. Em Salvador, a Frente de Esquerda (PSTU, PCB e PSol) apresentou a candidatura de Hamilton Assis (PSol) para prefeito de Salvador. O discurso da frente, comandada pelo PSol, é marcado pelo reformismo mais rebaixado, por promessas de que uma vez no poder do município de Salvador os problemas sociais serão resolvidos no interior do capitalismo e por métodos administrativos, por denúncias genéricas, como, por exemplo, de que existem máfias que dilapidam os recursos em todos os setores e que, por isso, a população sofre com a falta de educação, saúde, moradia etc. Não dizem, entretanto, que políticos e partidos compõem essas máfias e quais os seus vínculos com os capitalistas. Permanecem na denúncia abstrata da atual sociedade e só falam de socialismo de forma genérica, passando uma equivocada ideia de que é possível chegar ao socialismo por meio das instâncias políticas atuais e não como resultado da luta de classes e da revolução proletária. Não se defendem as reivindicações elementares das massas, articulando-as à estratégia da revolução proletária e ao desenvolvimento da consciência de classe, como deveriam fazer. Ao contrário, propagam que votando nos candidatos da Frente de Esquerda, as coisas serão mudadas completamente. Com essa política, que nada tem a ver com a tribuna revolucionária, de que fala Lênin, não se faz senão reforçar as ilusões na democracia burguesa.

O POR, impossibilitado pelas condições atuais de lançar candidaturas revolucionárias próprias e de fazer parte da Frente de Esquerda, por conta dos acordos de cúpula dos partidos que dela fazem parte e do programa rebaixado que defendem, lançou um manifesto com a defesa do voto nulo programático, chamando as demais correntes que se reivindicam do socialismo e da luta de classes do proletariado a constituir um Comitê pelo Voto Nulo programático, articulando as suas ações às lutas concretas. Não defendemos o voto nulo por princípio, mas como uma imposição das condições políticas atuais, diante do reformismo e centrismo das correntes da Frente de Esquerda, dos métodos de cúpula e do cálculo eleitoral utilizados por estas correntes, que secundarizam as correntes revolucionárias não legalizadas.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Bahia

Realizada a primeira plenária do voto nulo programático em Salvador

No dia 25 de setembro, foi realizada a primeira plenária do voto nulo programático em Salvador, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). A plenária se realizou no contexto em que todos os partidos legalizados jogam as forças na campanha eleitoral, chamando as massas exploradas a votarem em suas promessas e difundem as ilusões democráticas na população de que é possível com a eleição dos candidatos desses partidos, sejam de direita ou de esquerda, concretizar as reivindicações mais sentidas como educação, saúde, moradia, salário, emprego, entre outras.

A plenária reuniu militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), do Coletivo Contra Corrente e independentes. Também estiveram presentes, alguns militantes do PSTU. Antes do início da exposição sobre o tema em foco, marxismo e eleições, os coletivos convidaram a militância do PSTU para compor a mesa junto com os representantes das outras correntes presentes, para expor a sua posição sobre as eleições e a Frente de Esquerda, mas não aceitaram.

A militante do POR fez a exposição do tema, destacando o caráter de classe das eleições burguesas, como campo privilegiado de disputa das frações da classe dominante em torno da alternância no poder dos governos e do Estado burguês, da intervenção do poder econômico burguês que financia as distintas campanhas (do PT ao PSDB/DEM) e da posição marxista de transformar as eleições e o parlamento em tribuna revolucionária, isto é, de, ao contrário dos partidos da burguesia e da pseudoesquerda, utilizar as eleições e o parlamento para denunciar a exploração a que estão submetidos o proletariado e demais oprimidos, de defender as reivindicações elementares das massas trabalhadoras, desempregados, juventude e camponeses, de defender a estratégia da revolução e ditadura proletárias, enfim de mostrar o caráter de classe de todo o processo eleitoral, do parlamento, dos governos e do Estado capitalista.

Militantes do PSTU presentes argumentaram em suas intervenções, que o PSTU atua segundo os princípios leninistas, citando a obra de Lênin *O Esquerdismo, doença infantil do comunismo* e texto da Terceira Internacional Comunista e que suas candidaturas nos Estados e municípios potencializam a luta dos trabalhadores, dando como exemplos Belém e Natal. O proble-

ma é que a militância do POR conhece muito bem a experiência nesses estados e denunciou não só a composição da Frente de Esquerda em Belém, junto com um partido da base do governo Lula e Dilma Rousseff, o PCdoB, um partido completamente integrado ao estado burguês e que recebe dinheiro de multinacionais e capitalistas, dando apoio a um candidato do PSol, que já foi prefeito da capital pelo PT e que colocou em prática todas as medidas contrárias aos trabalhadores e servidores.

Em Natal, o PSTU põe todas as fichas na candidatura de Amanda Gurgel por uma Frente de Esquerda formada nos bastidores por acordos de cúpula com o PSol. O POR, que tanto era acusado pelo PSTU de não querer discutir uma frente de esquerda, participou inicialmente do debate sobre a constituição de uma frente propondo um programa revolucionário e socialista, a partir de plenárias e discussões coletivas. O resultado é que o PSTU rompeu com a frente, mandou seus dirigentes a Natal, pressionou o PSol, que sucumbiu aos ditames do PSTU e constituiu por acordos de cúpula a frente eleitoreira atual no Rio Grande do Norte.

Como vemos, o PSTU utiliza os textos leninistas para justificar tanto a submissão em Belém a uma frente com o PSol e PCdoB, para apoiar uma candidatura de um político experiente na arte de comandar os negócios da burguesia e manter a exploração sobre os trabalhadores e servidores, como também para justificar em todos os estados, inclusive em Salvador, uma campanha rebaixada e de promessas, que não se diferencia em nada das campanhas dos demais partidos da burguesia e da esquerda petista. Alimentam desta forma as ilusões das massas na democracia e no Estado burguês. O POR não concorda com essa política centrista do PSTU e reformista do PSol e, por isso, defenderá o voto nulo programático.

O POR fará debates, plenárias e panfletagem, junto com ativistas, militantes e independentes com a defesa do voto nulo programático, mostrando as vacilações do reformismo e do centrismo, cujas posições e discursos no horário eleitoral e nas campanhas de rua nada têm a ver com a tribuna revolucionária defendida por Lênin e pelos marxistas revolucionários. A militância dessas correntes, mergulhadas no pântano das eleições burguesas certamente terá a oportunidade de sentir pela experiência a profunda distância que PSTU e PSol se encontram de uma política revolucionária.

Paraíba

Abaixo a farsa eleitoral! Pelo Voto Nulo programático! Em defesa da vida dos trabalhadores e juventude, pela independência de classe e construção do Partido Operário Revolucionário!

As eleições municipais deste ano ocorrem num contexto de aprofundamento da crise econômica mundial. Aumentam os ataques aos trabalhadores: destruição de direitos, privatização de serviços públicos, desemprego, subemprego, saúde precária, transporte caro, extermínio da juventude e um salário mínimo de fome. Os candidatos burgueses fazem todo tipo de promessa, cada um mente mais do que o outro em busca dos votos do povo. As candidaturas de esquerda reforçam a ilusão

de que é possível resolver os problemas dos trabalhadores e juventude por meio do voto.

Em Campina Grande, é marcante a presença das oligarquias, que se revezam no poder há décadas. Bastou o senador Cássio Cunha Lima entrar na campanha, para a candidatura de seu primo Romero (PSDB) decolar – o irmão de Cássio é o vice da chapa. Tatiana (PMDB) é a candidata dos Vital do Rego e tenta dar continuidade ao governo de Veneziano, irmão do senador Vital-

zinho. O PT nacional alinhou-se com Daniella Ribeiro (PP), irmã de Agnaldo Ribeiro, ministro das cidades conhecido por suas roubalheiras. A oligarquia dos Ribeiro descende dos coronéis da indústria canavieira e pesa sobre ela a responsabilidade pelo assassinato de sindicalistas do campo. Uma pequena parte do PT local rachou com a orientação nacional e lançou a candidatura de Alexandre Almeida. O próprio Lula apareceu na campanha de Daniella (imagem proibida pela justiça eleitoral) enquanto Almeida exhibe velhas imagens do caudilho petista, tentando com isso ganhar alguns votos. Guilherme Almeida é o candidato da bancada protestante. Filiado ao PSC, é deputado estadual e tem como vice o Félix Araújo Neto, do PCdoB. Como não há PCB e nem PSTU na cidade, o PSol nem teve a possibilidade de emplacar a Frente de Esquerda. Saiu sozinho com a candidatura de Sizenando Leal, faz denúncias e críticas pontuais, abre espaço no guia eleitoral para alguns movimentos, mas ainda mantém a ilusão de que é possível gerenciar a prefeitura a serviço dos trabalhadores e reformar este sistema apodrecido por meio das urnas. Não é momento de se iludir, mas sim de se preparar para lutar contra os ataques que virão e em defesa da vida das massas.

É preciso dizer claramente que as eleições são o terreno próprio da burguesia, servem para a classe dominante partilhar o poder e unir todas as frações para melhor explorar e dominar os trabalhadores. A escolha dos “representantes do povo” garante uma fachada democrática para a ditadura de classe da burguesia, em que todas as riquezas produzidas são colocadas a serviço de uma minoria de parasitas, enquanto só restam migalhas aos trabalhadores.

Nas prefeituras e câmaras dos vereadores, revezam-se oligarquias e quadrilhas, preocupadas em encher seus bolsos e viabilizar os negócios de seus aliados. As promessas feitas em período eleitoral são rapidamente esquecidas, o que importa aos eleitos é retribuir os financiadores de suas campanhas e buscar a forma mais rápida para enriquecer às custas do orçamento público, por meio das licitações e negociatas de todos os tipos. Por esta via, implementam as políticas nacionais e internacionais de destruição de direitos e manutenção da exploração dos trabalhadores.

Enquanto os oprimidos estão iludidos com as eleições, a burguesia mantém sua dominação. As ilusões democráticas determinam a necessidade de intervir nas eleições apontando que as soluções não virão deste terreno. O POR não conseguiu impor por meio da luta de classes sua legalização. A legislação eleitoral brasileira impede que um partido que representa os interesses da classe operária se legalize e impõe várias restrições: o programa, por exemplo, deve se subordinar à Constituição Federal, que defende a propriedade privada burguesa. A mesma justiça facilita a participação dos quadrilheiros, narcotraficantes e demais criminosos da burguesia, basta ver o processo de legalização do PSD, com inúmeras fraudes.

Os partidos que se organizam nacionalmente na Frente de Esquerda (PSOL, PSTU e PCB) abandonam a tarefa de denunciar a ditadura de classe da burguesia e também reforçam as ilusões no parlamento ao se proporem a administrar melhor as prefeituras, colocando-as a serviço dos trabalhadores, como se tudo se resumisse a um problema de gestão.

A resposta às necessidades dos trabalhadores e juventude não virá das urnas. Vivemos em um sistema – o capitalismo – que está em decomposição. Não é mais possível reformá-lo e sua existência ameaça a própria vida da humanidade. É urgente organizar os oprimidos sob as bandeiras da classe operária, que

correspondem à defesa da vida das massas: emprego a todos (divisão das horas de trabalho); salário mínimo vital (suficiente para uma família de quatro pessoas, calculado por assembleias populares); defesa de escola e trabalho para toda a juventude; estatização sem indenização da rede privada de ensino e da saúde e a defesa de sistemas únicos sob controle dos trabalhadores, expropriação das empresas de transporte coletivo, etc.

Os métodos pelos quais os oprimidos arrancarão estas conquistas são os métodos históricos da classe operária: greves, piquetes, bloqueios, marchas. O objetivo é a destruição do capitalismo, este regime que condena a grande maioria da população à miséria. A necessidade do momento é erguer o Partido Operário Revolucionário, ferramenta fundamental para dirigir a maioria oprimida rumo à revolução socialista.

Sobre as eleições em João Pessoa

Na capital paraibana, repetem-se as disputas entre as oligarquias. Antigos inimigos agora se abraçam enquanto ex-aliados agora trocam acusações. Luciano Cartaxo (PT, PP, PPS e PRB), apoiado pelo atual prefeito Luciano Agra (sem partido, ex-PSB) tomou a dianteira nas pesquisas, com forte uso da máquina da prefeitura e rios de dinheiro arrecadados principalmente por meio do PT Nacional. Na sequência estão Cícero Lucena (PSDB, PSDC, PSL, PSC, PHS e PRTB); e José Maranhão (PMDB, PR, PMN, PPL, PTC e PTB); e Estelizabel (PSB, PTN, PDT, PV, DEM, PRP e PSD), que é a candidata do governador Ricardo Coutinho. As massas são arrastadas pelas candidaturas burguesas, que representam o poder econômico. É urgente separar os oprimidos da influência da classe dominante para que estes se preparem para responder com luta ao novo opressor que sairá do pleito eleitoral.

Os partidos da frente de esquerda disputam votos separados, cada um prometendo mais do que o outro como melhor administrar o capitalismo. Renan Palmeira, do PSol, promete tornar a cidade mais humanizada e mais justa, com a “humanização” da saúde, ensino integral, criação de empresa municipal de transporte, implementação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e ciclovias. Requebra o reformismo petista com a promessa de “democratização extrema do aparelho público”, por meio dos já fracassados conselhos municipais, conferências da cidade, que servem muito mais à cooptação e ao carreirismo do que a qualquer possibilidade de os oprimidos influírem na política. O socialismo só aparece no nome do partido. Antônio Radical, do PSTU, promete a João Pessoa para os trabalhadores e trabalhadoras. Adapta-se à coexistência do público e privado e restringe-se à defesa de dinheiro público para a saúde e educação públicas. Propõe-se a unificar as polícias e a guarda civil em uma polícia civil que defenda os mais pobres (no capitalismo!). Sobram promessas sobre turismo, contra as opressões e no programa do PSTU a palavra socialismo não é nem mesmo citada. Tudo parece ser possível de ser resolvido no capitalismo, como se o problema fosse apenas de gestão.

Lourdes Sarmiento (PCO) comparece mais à esquerda, defende a estatização do sistema de saúde e ensino, mas também como se bastasse votar nela para que isto se resolvesse. Não propaga a via da revolução e ditaduras proletárias e não usa seu pouco espaço na televisão para denunciar que os oprimidos não devem ter ilusões no terreno das eleições, próprio às disputas da burguesia. A falta do Partido Operário Revolucionário se faz sentir, diante do necessário uso das eleições como tribuna revolucionária, defesa da vida das massas e pela revolução socialista.

Campanhas salariais

Metalúrgicos, bancários e correios foram à greve Prevalece a política corporativista e divisionista das burocracias sindicais

Setores de metalúrgicos do ABC e São Paulo realizaram paralisações da produção, assembleias na porta das fábricas e greves. As burocracias reivindicavam 8% de reajuste como condição de fechar os acordos salariais. Os operários das montadoras não fizeram parte da campanha salarial, porque a assinatura do acordo de 2011 previa vigência de 2 anos. Empresas dos grupos 2, 3 e 8, como a Belga, Anglo, Carhey, negociaram com a direção do sindicato os 8% e as greves foram abortadas. Enquanto outras estão intransigentes quanto ao valor estipulado.

O fato é que os metalúrgicos estiveram divididos e os setores mais fracos tiveram menos condições de impor a reivindicação rebaixada de 8%. Não é de hoje que a burocracia fатиou os metalúrgicos, importante setor da classe operária. Dividiu-os em 10 grupos e realiza as assembleias e negociações de forma separada. Se no passado havia campanha salarial uma vez por ano, agora insiste nos acordos com vigência de 2 anos. Foi o que fez com as montadoras. A divisão e os acordos bianuais quebraram a força coletiva dos metalúrgicos, setor estratégico da classe operária. O que dificulta romper a inflexibilidade patronal.

Certamente, as direções sindicais esperaram mais um aceno dos empresários em favor dos 8% para encerrar a campanha salarial. Para os grupos que não cederem, os burocratas vão abandonando a tais paralisações e os patrões imporão índices abaixo da inflação.

Em relação às demissões que tendem a crescer, o palavreado da burocracia se limitou a dizer que o governo concedeu benefícios (isenções) e que agora os empresários têm de mostrar sua responsabilidade. Pura conversa fiada! Os capitalistas pressionaram o governo e arrancaram as isenções e se negam a conceder a reposição salarial e os direitos trabalhistas. Os burocratas sindicais fazem coro com o patronato na concessão dos subsídios, alimentam esperanças de que os empregos estão assegurados e bloquearam a ação da classe operária. Depois da concessão governamental, o patronato vira as costas em relação ao reajuste salarial e não faz cerimônia em demitir para cortar gastos.

As direções sindicais atuam por cima dos interesses da classe operária porque esta se encontra despolitizada e à mercê da politicagem das burocracias conciliadoras. Combater essa ação nefasta, que anula os sindicatos como organismo de defesa da força de trabalho, é uma tarefa necessária para a camada mais consciente do proletariado. Daí a importância da propaganda do programa classista e da constituição das frações revolucionárias no interior das fábricas e dos sindicatos.

Mobilização dos petroleiros

A Federação dos Petroleiros (FUP) convocou uma paralisação de 24 horas com a forma de pressionar a Petrobrás a negociar um aumento real. A reivindicação é de 10%, mas a empresa ofereceu apenas 6,5%. Portanto, menos que os 8%, margem para a burocracia cutista suspender a mobilização.

A greve de advertência, como vem sendo chamada a paralisação por tempo determinado, teve a adesão de quase a totalidade dos operários. A burocracia usou a greve para forçar nova negociação e “melhorar” o índice concedido pela Petrobrás.

Como vemos, não há intenção da burocracia de paralisar verdadeiramente a produção nacional da Petrobrás. Os 10% e as demais reivindicações só servem para ludibriar os operários. Basta a empresa apresentar uma quirelas a mais dos 6,5% para a burocracia dar adeus à campanha salarial desse ano.

O raquítico ato unificado

No dia 20 de setembro, ocorreu o ato unificado das categorias em greve ou em mobilização. Foi convocado pela CUT e Força Sindical. Estavam presentes também a CTB-estalinista, a Intersindical-PSOL e a Conlutas-PSTU. Cada Central veio acompanhada de uma pequena parcela de trabalhadores. A CUT e a Força Sindical tinham a maioria, no ato que reuniu pouco mais de 300 manifestantes. Os bancários e os correios, também em greve, não marcaram presença. Como se vê, não houve disposição das direções sindicais de realizar uma massiva manifestação grevista pelas ruas de São Paulo.

A Força Sindical discursou em favor da retomada da unidade das Centrais. Lamentou a divisão do movimento e assinalou que “quando estamos juntos, é mais fácil os patrões cederem”. Mostrou-se indignado com a conduta dos capitalistas que se uniram contra o aumento real de salário, no momento em que ganharam do governo a redução de encargos na folha salarial. Como demagogo, pediu que os manifestantes dessem as mãos para selar a unidade dos trabalhadores e das Centrais.

A intervenção da Conlutas foi feita pelo presidente do sindicato dos metroviários, membro do PSTU. Destacou as manifestações dos trabalhadores no mundo, a greve dos professores das universidades federais, da construção civil de Belém, dos bancários e dos correios. Denunciou a conduta da GM em demitir, apesar de ter recebido os subsídios do governo. Falou da importância da unidade das Centrais, apesar das diferenças de avaliação em relação ao governo federal de Dilma. Denunciou o Acordo Coletivo Especial (ACE), proposta do sindicato metalúrgico do ABC, que reduz direitos trabalhistas. E concluiu falando da importância de fazer um amplo debate sobre o ACE.

A CTB repetiu o palavreado da Força Sindical e dos bancários da CUT, “sem unidade não é possível fazer o patrão recuar”.

O fechamento do ato coube à CUT. Enfatizou as greves que vêm ocorrendo e avalizou a política do sindicato dos metalúrgicos do ABC na campanha salarial. Criticou a posição do PSTU de ser contra o ACE, dizendo que é preciso defender o contrato coletivo e não se prender à velha legislação trabalhista. Discursou, também, em torno da isenção concedida ao patronato e a necessidade da responsabilidade social dos empresários em garantir o emprego. Por fim, pediu atenção dos presentes

para falar do julgamento do mensalão. Alertou assim: “tenham cuidado, o que eles querem é derrotar a classe trabalhadora”; “querem comparar o nosso governo com os 500 anos de corrupção que existiu no país”. Criticou a imprensa e, em particular, a revista Veja que “julgou Lula como corrupto”. E concluiu que, se for preciso, a CUT irá defender o governo, “não vamos aceitar calados o julgamento da classe trabalhadora”.

O ato raquítico das Centrais ficou limitado à calçada próxima à Fiesp e foi encerrado de forma melancólica.

A greve nacional dos bancários

Depois de 9 dias de greve, a Federação dos bancos apresentou a proposta de 7,5% de reajuste e 8,5% no piso e tiquete. O pagamento dos dias parados deve ser efetuado mediante a compensação, que pode ser de duas horas por dia até meados de dezembro. O comando nacional orientou as assembleias estaduais a aprovarem a proposta, com o argumento de que houve um acréscimo de 2% em relação aos 6% oferecidos no início de setembro.

Em São Paulo, duas assembleias ocorreram ao mesmo tempo: a dos bancos estatais e a dos privados. Mantendo assim a divisão dos bancários. A convocatória da assembleia já trazia um balanço positivo da campanha nacional unificada, dizendo que o aumento real do salário é maior do que o ano passado e de outros benefícios. Só não diz que a inflação e o custo de vida são maiores e a precarização do trabalho só aumentou nos últimos meses.

O resultado das assembleias não poderia ser outro: a greve foi encerrada nos bancos privados e no Branco do Brasil. Ficou em greve apenas a Caixa Econômica Federal. O presidente da Contraf, Carlos Cordeiro, reformou a avaliação positiva da direção do sindicato dos bancários de São Paulo, dizendo que em 2011 foram precisos 21 dias de greve para arrancar 1,5% de aumento real e, agora, em pouco mais de uma semana se alcançou 2%. O raciocínio do burocrata nos leva a conclusão que os banqueiros estavam mais flexíveis em 2012.

Dia Nacional de Luta unificado

A crise econômica, a volta das demissões em massa, as medidas governamentais antioperárias e a inflexibilidade patronal perante as campanhas salariais exigem a unidade das Centrais Sindicais e dos sindicatos em torno de um programa de reivindicações.

Somente as manifestações coletivas organizadas e unidas poderão derrotar a ofensiva patronal contra os empregos e os salários e a política econômica do governo que descarrega a crise sobre os ombros dos trabalhadores.

O “dia nacional de luta,” convocado pela CUT e outras Centrais, reflete uma tendência grevista que se manifesta entre os assalariados. Essa tendência é motivada pela crise econômica, pela ofensiva patronal e pelas ações governamentais.

Os bancários e os funcionários dos Correios acabam de decretar uma greve nacional. Vários setores de metalúrgicos do ABC se mobilizam. Em São José dos Campos, os metalúrgicos se deparam com a mesma intransigência patronal. Em Sorocaba e São Carlos, têm sido realizados protestos, com breves paralisações. Em São Paulo, milhares de metalúrgicos mostram seu descontentamento com a alta do custo de vida e as perdas salariais. Os petroleiros e químicos também não têm alternativa a não ser organizar a greve. Os metroviários paulistas já não suportam tamanha exploração imposta pelo governo estadual.

O fato é que havia disposição de greve. O descontentamento entre os bancários contra os baixos salários, a terceirização e a superexploração do trabalho só vem aumentando ano a ano. Isso é que explica a greve nacional de um setor que mexe com a economia do País. É importante também assinalar a passividade do movimento grevista. Não houve na capital paulista manifestações de rua massivas. Sequer houve empenho da direção do sindicato em convocar verdadeiramente os grevistas para o ato do dia 20 na Paulista, onde compareceu somente a direção.

Greve nacional dos Correios

A greve dos trabalhadores dos Correios ocorre simultaneamente à dos bancários. São duas greves nacionais, mas não realizaram manifestações conjuntas. A ECT recusou as reivindicações e impôs o dissídio e o julgamento. Nas audiências de conciliação, que antecederam o dissídio, a ministra Kátia Arruda propôs 5,2% sobre os salários, 8,84% sobre os tíquetes e R\$80,00 e, após o término da greve, a constituição de mesas temáticas para discutir saúde, segurança e os demais itens da pauta de reivindicações.

A burocracia sindical considerou que a proposta da ministra poderia ser adotada pelas assembleias, portanto desconsiderando as reivindicações que deram início ao movimento grevista. Mesmo assim, a empresa (ECT) permaneceu inflexível.

A greve não ganhou força. A conduta da direção burocrática fortalece a desconfiança de uma parcela da classe com relação à greve.

A Justiça do Trabalho impôs a volta ao trabalho ameaçando com pesadas multas e desconto dos dias parados. A burocracia do sindicato atendeu as ordens da Justiça e suspendeu o movimento.

Portanto, duas greves nacionais, bancários e dos trabalhadores dos correios, mas isoladas e dirigidas por burocracias sindicais que atuaram contra a unidade grevista entre os setores em luta. São burocracias que acatam as decisões da Justiça do trabalho e não combatem a lei antigreve.

trais se mostra extremamente prejudicial para a classe operária e para os demais explorados.

A crise econômica coloca as massas diante de uma classe capitalista ultra-organizada e mais inflexível. Coloca-as perante um governo cuja política econômica se dirige a proteger o grande capital nacional e internacional. A crise econômica atinge a maioria explorada e a obriga a se movimentar contra a pobreza e a miséria.

O obstáculo mais poderoso para os trabalhadores se levantarem em defesa de um programa de reivindicações se encontra na sua fragmentação organizativa e nas direções burocráticas divisionistas. O ato unificado é um passo para a coesão da classe operária e demais oprimidos caso seja assumido um programa comum de reivindicações e a unidade grevista.

No entendimento do Partido Operário Revolucionário (POR), eis os principais pontos programáticos e organizativos de uma frente única de combate:

1. Aumento real dos salários a todas as categorias;
2. Constituição de um piso nacional que corresponda ao salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste;
3. Estabilidade no emprego; redução da jornada para que todos trabalhem, sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho);
4. Preservação dos direitos trabalhistas;
5. Anulação das reformas trabalhistas e previdenciárias que prejudicam os trabalhadores;
6. Fim da lei antigreve; fim da indústria das multas contra os sindicatos e fim da intervenção da Justiça do trabalho nas greves.

Certamente, a crise estrutural do capitalismo exige uma ação política mais ampla e estratégica de união da maioria oprimida em torno da classe operária. A experiência na Europa está nos mostrando como a burguesia aproveita a ausência de um partido revolucionário e de uma direção sindical classista para impor seus planos de proteção aos banqueiros, industriais e comerciantes em detrimento dos empregos, dos salários, da educação e saúde públicas.

Assim que a crise passar por cima das medidas de Dilma Rousseff, os trabalhadores brasileiros pagarão com a mesma moeda que os gregos, espanhóis, portugueses, franceses, etc.

As instituições mais poderosas da burguesia imperialista estão obrigadas a reconhecer que o capitalismo atravessa uma crise sem precedente. A gigantesca intervenção dos Estados não debelou as pressões desintegradoras da economia mundial. O que quer dizer que as forças produtivas alcançaram tal dimensão que seu choque com as relações capitalistas de produção obrigatoriamente transbordará em maciça destruição de riqueza. A liquidação de milhões de postos de trabalho no mundo é um de seus primeiros sintomas.

No Brasil, o retrocesso na indústria é visível. Apenas os serviços e a agroindústria mantêm a taxa de emprego. Mas se sabe que dependem do desenvolvimento da crise internacional. As multinacionais se preparam para o pior e pressionam os sindicatos a se curvarem perante as medidas de proteção dos lucros. Como se vê, é necessário que as Centrais se unifiquem em defesa de um programa proletário, em contraposição aos planos dos governos e dos capitalistas para a crise.

O que temos visto é a maioria das Centrais – e principalmen-

te a CUT e Força Sindical – alimentar a ilusão de que ajudando os exploradores a saírem da crise se estaria, assim, defendendo a classe operária. Essas Centrais têm levado ao governo do PT os pleitos das multinacionais e do grande capital nacional. A via da colaboração de classe cega os olhos da classe operária e amarra-lhe os pés e as mãos.

Nesse Dia Nacional de Luta cabe levantar os seguintes pontos:

1. **Conter a ofensiva do capital imperialista contra os trabalhadores brasileiros. Trata-se das Centrais centrarem fogo em defesa dos 1.800 empregos na GM de São José dos Campos. É um crime isolar o sindicato metalúrgico e a Central Sindical e Popular - Conlutas;**
2. **Rechaçar as pressões das montadoras no ABC para que o sindicato avance ainda mais na flexibilização do trabalho. A Mercedes Benz tem em seus cálculos as demissões. A cada concessão que o sindicato faz, enfraquece o movimento operário, não somente o regional, mas também o nacional;**
3. **Combater as medidas do governo federal de apoio aos capitalistas e de agressão aos direitos dos trabalhadores. As isenções e subsídios às multinacionais e ao grande capital interno consorciado atentam contra a economia nacional. A desoneração da folha de pagamento afeta a Previdência pública. Não por acaso estão em andamento novos golpes contra a aposentadoria da maioria oprimida.**
4. **O rebaixamento das tarifas de energia para os capitalistas da indústria recairá sobre os ombros da população. Não nos enganemos com o presente de grego de Dilma, com seu gesto de reduzir também as tarifas residenciais. Logo virão os aumentos da gasolina, gás e querosene.**
5. **Os consórcios e empresas estrangeiras que controlam o sistema elétrico prometem demissões em massa. A geradora de Furnas anunciou corte nos empregos de 35%. A distribuidora AES Eletro Paulo já demitiu 180 eletricitários. O sindicato até agora não mobilizou os trabalhadores.**

Diante dessa ofensiva dos capitalistas contra os operários, é preciso que os sindicatos e as Centrais reajam com um programa de luta e de independência de classe. As multinacionais dizem que vão demitir caso o governo não as protejam e caso os sindicatos não aceitem a perda de direitos e a flexibilização do trabalho. Os empresários do setor elétrico divulgam metas de demissão e já demitem, logo após Dilma ter anunciado a redução tarifária. O governo fez uma doação de R\$ 120 bilhões de reais em incentivos ao grande capital e, mesmo assim, a GM demitiu e está para fechar um setor inteiro de produção. Quanto mais favor se faz às multinacionais, mais exigências apresentam.

O programa da classe operária é de expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, socialista. Em resposta aos ataques das multinacionais e do grande empresariado brasileiro contra a vida das massas e à economia nacional, trata-se de levantar a bandeira de estatização sem indenização e controle operário da produção.

Por uma frente única sindical em defesa das reivindicações dos explorados, contra as medidas governamentais de apoio ao grande capital e contra os ataques aos direitos trabalhistas. Fim da conciliação de classe promovida pelas Centrais burocratizadas! Por um programa e uma política proletária para o movimento sindical!

Reproduzimos abaixo boletim da Corrente Proletária nos Eletricitários

Demissões em massa na AES Eletropaulo não param!

*Companheiro trabalhador, temos de sair urgentemente em defesa dos eletricitários demitidos. Vamos exigir que o sindicato faça uma grande mobilização pela readmissão dos mais de 300 demitidos. Vamos exigir que o sindicato assuma a responsabilidade sobre as demissões na unidade Junqueira Freire. Que convoque imediatamente uma assembleia geral para organizar a luta contra as demissões. Que o sindicato organize um movimento em todas as unidades em defesa do emprego e dos salários. Não vamos aceitar que a AES descarregue sobre nossos ombros o plano do governo de reduzir as tarifas aos industriais. **Queremos nossos empregos de volta!***

O ciclo de revisão tarifária implementado pelo governo federal através da ANEL, que irá beneficiar, a partir de 2013, o setor industrial e também consumidores residenciais, já está afetando todos os trabalhadores do setor elétrico, principalmente no Estado de São Paulo. As demissões em massa, o fechamento de vários postos de trabalho, o aumento da precarização do serviço prestado ao consumidor final, o crescimento das terceirizações e piora das condições de trabalho e salário vêm golpeando os eletricitários.

Já passam de 300 trabalhadores demitidos pela multinacional Americana AES, que controla a Eletropaulo, isto com a convivência do BNDES, que é seu acionista majoritário.

Dessas demissões, queremos chamar a atenção que 40 trabalhadores da unidade Junqueira Freire, no Cambuci, foram demitidos de forma sumária por justa causa pela AES. Qual é a alegação para tamanha violência?

A empresa alega que os trabalhadores fizeram uso de veículos da empresa para manifestar sua indignação contra a demissão de seus companheiros, indo até o sindicato, na Tomaz Gonzaga, no bairro da Liberdade, para pedir que o sindicato organizasse a luta em defesa dos demitidos.

Ocorre que, no dia 14/09, a tal reunião convocada pelo sindicato sob pressão dos trabalhadores não tirou nenhum plano de defesa concreta dos demitidos e muito menos dos trabalhadores que continuam na empresa.

No dia 17/09, numa segunda feira, os 40 companheiros da Junqueira Freire foram surpreendidos com uma armadilha montada pela chefia junto com a segurança patrimonial, fazendo com que estes companheiros assinassem advertências por terem se manifestado na porta do sindicato. Após isso, a AES no dia 19/09, colocou no olho da rua 40 trabalhadores por justa causa.

Ora companheiros! Não podemos ficar calados, nem aceitar e muito menos culpabilizar estes valorosos companheiros que se indignaram e foram capazes de se solidarizar com seus companheiros demitidos.

Trata-se da utilização de métodos autoritários para intimidar e amedrontar ainda mais nós trabalhadores que continuamos na empresa.

Nós, da Corrente Proletária, já vínhamos alertando para a organização coletiva no local de trabalho. Sem organização e luta, não é possível enfrentar a opressão patronal. Sem organização, não é possível enfrentar a direção de nosso sindicato, que faz corpo mole diante das demissões e da precarização do trabalho. O sindicato tem de ser colocado a serviço da defesa dos empregos e dos salários. Por que afirmamos isso? Porque, até o presente momento, esta diretoria não se colocou à frente da luta para convocar uma assembleia para aprovar um plano de defesa de todos os trabalhadores e pela readmissão imediata de todos os demitidos. **Companheiros, se tem alguém que merece uma justa causa, uma tolerância zero é o grupo AES e seus lacaios.**

O caminho que a burocracia sindical segue através do ministério do Trabalho, com ações judiciais e carta aberta ao ministro de Energia, não trará nossos empregos de volta. Não atende aos reais interesses do trabalhador eletricitário e suas famílias, que precisam de atitudes imediatas. **Companheiro, emprego não se negocia, se defende com a luta coletiva de todos os eletricitários.**

A Corrente Proletária dos eletricitários, oposição à atual diretoria, denuncia as demissões e se coloca em solidariedade a todos os trabalhadores demitidos, em especial aos valorosos companheiros demitidos recentemente por justa causa. Precisamos construir uma oposição classista, que possa botar para fora do nosso sindicato esses pelegos traidores.

Propostas para ação imediata:

- 1- Readmissão imediata de todos os demitidos**
- 2- Anular as 40 demissões imediatamente**
- 3- Estabilidade no emprego de todos os trabalhadores**
- 4- Estatização total da Eletropaulo com o controle operário e sem indenização ao grupo AES**
- 5- Fim das terceirizações e pela efetivação de todos os trabalhadores ao quadro da empresa.**

Errata sobre o balanço do XI congresso de estudantes da USP, publicado no Massas 440

Em nossa matéria sobre o XI congresso de estudantes da USP, lançado no Massas 440, existem informações incorretas, que apontamos a seguir, e não afetam a essência do balanço. O caderno de propostas de resoluções não foi distribuído durante a plenária do congresso. Todas as propostas eram apenas lidas, o que dificultou a precisão do nosso balanço posterior. Agora, após a divulgação do caderno de resoluções aprovadas do congresso, que foi divulgado com tantos atrasos, é preciso corrigir algumas informações.

- 1) Foi aprovada a resolução de estatização sem indenização da rede privada de ensino, diferentemente do que dissemos no ponto 7. Mas não passa de letra morta, pois não se aprovou nenhuma campanha em defesa de tal ponto. Pior do que isso, aprovou-se a bandeira de “10% do PIB para educação pública já” sem levá-la em consideração.

- 2) Não é verdade que o PSTU defendeu neste congresso a soberania do CCA sobre a assembleia em relação às eleições para o DCE, como afirmamos no ponto 5. Eles compareceram com um balanço autocrítico desta posição, defendida no congresso anterior (2010).
- 3) O CCA que confirmou as eleições para novembro de 2013 aconteceu no dia 26/11/11, e não em maio deste ano. Um ponto importante desta data é a mudança da posição da atual direção (PSOL/PSTU). Defenderam ano passado que as eleições fossem no final deste ano. Após ganharem as eleições, mudaram de posição. Inclusive tentaram esconder que haviam defendido a data de novembro, tentando referendar, em CCA no primeiro semestre, que as eleições deveriam ser em abril de 2013. Perderam esta votação e as eleições se mantêm em novembro deste ano.

Escolha do diretor da FFLCH/USP: uma farsa para indicar o lacaio do reitor-interventor

No último dia 24/09, o colégio eleitoral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP indicou a chamada lista tríptica para o reitor decidir o nome do novo diretor da unidade. Como já era previsto, os burocratas que mandam na faculdade não deram a menor importância para o resultado da consulta que eles mesmos organizaram com a finalidade de dar uma fachada democrática ao processo antidemocrático de escolha do diretor da faculdade.

A consulta tinha indicado o nome do professor Osvaldo Coggiola, que disputou com Sergio Adorno (identificado com a reitoria). Mas o colégio eleitoral votou assim: 122 votos para Sergio Adorno, 69 votos para João Roberto Gomes de Faria (que nem sequer concorreu na consulta) e só 47 votos ao prof. Coggiola.

A farsa se revelou. A consulta só servia para iludir uma parcela de estudantes, professores e funcionários com uma lortata: a de que esse mecanismo poderia servir para tornar menos antidemocrático o processo de escolha. Mas o que se viu é que a quase totalidade dos membros do colégio eleitoral ignorou o resultado da consulta organizada por eles mesmos e indicou o nome identificado com a política privatista, elitista e de precarização da universidade do reitor-interventor Grandino Rodas.

Poucos dias antes, em 20/09, esse mesmo colégio eleitoral teve de suspender a votação por conta de um protesto dos estudantes, que reivindicavam a anulação dessa escolha e a convocação de novas eleições. Durante esse protesto, comprovou-se pela prática o acerto da resolução votada na plenária de estudantes da FFLCH em 18/09, que não apoiava nenhum dos candidatos. O candidato “de esquerda”, Coggiola, assumiu a defesa do processo antidemocrático e a condenação da manifestação estudantil. Pouco depois, assinou um manifesto

conjunto com o candidato pró-Rodas com o mesmo conteúdo, enviado pelo e-mail institucional da faculdade a todos.

A assembleia de base da Letras tinha aprovado uma resolução proposta pela Corrente Proletária que caracterizava o processo como um todo (incluía a consulta) como antidemocrático, reivindicou um posicionamento dos candidatos acerca das reivindicações estudantis e condicionou a posição dos estudantes, que só poderia ser a de seus fóruns legítimos (assembleia de curso e plenária da faculdade), a um posicionamento público acerca de suas necessidades.

O adiamento da realização da escolha, por força da pressão estudantil, e o fato da burocracia universitária ter sido obrigada a se posicionar a respeito foi um avanço. Ainda não houve força suficiente para transformar a escolha do diretor num processo que expresse a vontade da maioria dos que estudam e trabalham. Para isso, é preciso aumentar a mobilização ao redor das reivindicações, que colocarão de forma concreta a necessidade de liquidar com a atual estrutura de poder antidemocrática, que serve à ingerência da burguesia e de seus governos sobre a universidade, e impor a real autonomia e o controle coletivo dos que estudam e trabalham.

Não nos enganemos com aqueles que querem apenas mudanças cosméticas na estrutura e funcionamento da universidade. Que não vão além da defesa da representação paritária. Lutamos pela democracia e autonomia universitárias plenas.

Eleger um diretor não é um fim em si mesmo. A gestão da faculdade deve ser arrancada das mãos da burocracia, do Estado e dos politiquieiros da burguesia. Uma verdadeira eleição expressa o poder real dos três setores: estudantes, funcionários e professores, portanto com maioria estudantil. Deve caminhar por formar um governo tripartite da unidade, parte da mesma estrutura de poder na universidade. A noção de que somente

Reproduzimos abaixo a nota enviada a estudantes, professores e funcionários da faculdade pouco após a manifestação estudantil ter inviabilizado a votação do diretor da FFLCH, assinada pelos dois candidatos. O “trotskista” Coggiola, ligado ao Partido Obrero argentino, foi quem tomou a palavra durante a manifestação para condená-la e defender o processo antidemocrático.

Nota dos Candidatos à Direção da FFLCH/USP, período 2012-2016

Vimos lamentar a interrupção do processo eleitoral para composição da lista tríptica para escolha do futuro Diretor da Faculdade, prevista para ter sido realizada no dia 20 de setembro, às 14hs, no Anfiteatro da Geografia. O processo eleitoral atendeu às exigências contidas nos regulamentos e respeitou as tradições da FFLCH, firmadas há mais de dez anos após intensos debates e negociações nesta comunidade acadêmica. Essas tradições compreendem inscrição prévia dos candidatos, apresentação de propostas das candidaturas, debates com alunos, funcionários e docentes e consulta *on-line* com a participação aberta aos três corpos que compõem a Unidade. Sua consolidação representou grande avanço na participação democrática e vem sendo observadas pelas sucessivas eleições para a Direção.

Reconhecemos a insatisfação presente entre distintos seg-

mentos de estudantes, funcionários e docentes para com as regras vigentes. Não podemos, porém, aceitar o emprego intempestivo da força por parte de quem quer que seja para interromper um processo que está presentemente fundado em legitimidade e legalidade. Colocar em discussão e propor encaminhamentos pelas vias regulamentares para temas tão essenciais na vida comum da FFLCH, como a renovação do processo eleitoral tanto para Diretor da Unidade quanto para Reitor, são compromissos que estão previstos nas propostas de ambas candidaturas. Independentemente do resultado do processo eleitoral, reafirmamos esse propósito e a disposição para lhe dar prosseguimento nos fóruns de discussão da FFLCH.

Prof. Dr. Osvaldo Coggiola

Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

os professores – e principalmente os doutores – podem dirigir a universidade é uma premissa emanada do Estado e, portanto, da classe burguesa. O governo da universidade é essencialmente político, cuja diretriz social é fundamental para o ensino e para a administração da instituição.

Com base nessa compreensão, defendemos que se deve formar uma autoridade tripartite, eleita diretamente, pelo voto universal e secreto. Rechaçamos a impostura de que a elite pensante encarna a autoridade natural do processo de ensino e de funcionamento institucional da universidade. Essa premissa se baseia na autoridade burocrática e no controle externo da universidade pelos governos, portanto, em última instância, pelos partidos da burguesia.

Nosso movimento estudantil se encontra aquém quanto à luta pela democracia e autonomia universitárias, bem como da defesa do ensino público e gratuito, vinculado à produção social. Mas esse é o caminho que terá de percorrer, impulsionado pela degradação da educação. Os conflitos, como o que vivemos na USP no final do ano passado, exigem a constituição da *assembleia universitária*, organismo máximo de poder e soberania. Um dos obstáculos a sua convocação se encontra no profundo conservadorismo do corpo docente. Não obstante, nos deparamos com um obstáculo fundamental que é a defasagem política existente entre as massas estudantis desorgani-

zadas e as condições objetivas de desintegração do ensino, que colocam o movimento estudantil na dependência das ações da burocracia universitária, ou seja, a reboque dos professores.

A luta pela independência política dos estudantes e por tornar o movimento estudantil uma força decisiva nas mudanças passa pela luta em torno da autonomia e democracia universitárias. Ou os estudantes assumem a tarefa de controlar coletivamente o ensino, ou a burocracia acadêmica, que é um apêndice do Estado, continuará a comandar a degradação da educação.

Os estudantes não podem desconhecer que o poder de uma casta de docentes sobre a universidade emana da economia e da política capitalistas. Distinto seria e será, no momento em que a classe operária passar a exercer seu poder sobre a sociedade em sua tarefa histórica de substituir a sociedade de classe pela sociedade sem classes.

A defesa da autonomia universitária, do fim do ensino mercantil, da implantação do sistema único, estatal, gratuito e controlado por quem estuda e trabalha e da superação da divisão entre a teoria e a prática, entre o ensino e a produção social, vem do programa da classe operária. Nenhuma outra classe – nem a burguesia, nem a pequena-burguesia – pode defender a transformação da educação e a educação transformadora do homem a não ser a classe operária.

Ceará

Balanço das eleições do Sindiute: Apesar da vitória petista/cutista, avança o trabalho de organização da fração revolucionária no magistério

As eleições do Sindiute ocorreram nos dias 18 e 19 de setembro. Três chapas se apresentaram: *Juntos Somos Fortes* (chapa 01); *CSP-Colutas pela base na educação* (chapa 02) e *Oposição Unificada na Luta* (Chapa 03). A Prefeitura de Fortaleza, o PT e CUT montaram uma máquina poderosa para não perderem o controle sobre o sindicato, que dirige os 12 mil professores municipais. Diretoras de escola, vice-diretoras, coordenadoras, etc. foram reunidas e orientadas a votarem e chamarem voto na chapa 01, chapa da burocracia petista. Professores foram ameaçados de perder gratificações de chefia, outros simplesmente constrangidos a votar na chapa da burocracia petista. O Conlutas, que esteve na última gestão do Sindiute e desempenhou um papel de oposição inconsequente, também abusou de seu aparato na disputa, mas nada parecido com o que se viu com a chapa 01. À uma ordem do PT, o dinheiro foi despejado sem economia: carros, camisas, etc. foram usadas pela atual direção do sindicato para influenciar e ganhar votos. A ausência de um trabalho consistente das oposições nas escolas, ou melhor, a ausência de uma poderosa corrente revolucionária bem enraizada na base, facilitou a vitória da máquina burocrática. O seu triunfo foi o triunfo da prefeitura do PT sobre os trabalhadores em educação. O resultado, após a apuração, foi:

Chapa 01 (PT/independentes)	2.030 votos	(61,10%);
Chapa 02 (PSTU/independentes)	778 votos	(23,41%)
Chapa 03 (POR, TRS e independentes)	514 votos	(15,47%)
Total	3.322 votos	(100,00%)

A despeito da incontestável vitória da burocracia petista; A Corrente Proletária na Educação/POR saiu fortalecida das eleições. A imensa maioria dos votos da chapa 03 foi dada à Corrente Proletária/POR e a seus simpatizantes que impulsionavam a Chapa *Oposição Unificada na Luta*, que tiveram apenas uma semana para divulgar a chapa e reproduzir artesanalmente seu material de campanha. O POR fez um chamado ao Conlutas para uma chapa unificada das esquerdas; este porém, o rechaçou categoricamente. Preferia a derrota da categoria, ou seja, a manutenção do sindicato nas mãos da burocracia petista, a ter de unificar forças com um setor que condena a cisão sem princípios das organizações de massa dos trabalhadores. A vitória quase completa da burocracia sindical/prefeitura foi pavimentada, portanto, pela burocracia de esquerda do PSTU-Conlutas que rejeitou a unidade.

O POR, com as eleições, porém, pode reunir em torno de si um pequeno círculo de simpatizantes e independentes que já fizeram (com este escrutínio) suas primeiras letras na luta contra a burocracia sindical petista. A proporcionalidade permite à Chapa 03 ocupar uma pequena fração na diretoria do Sindiute. Esta pequena fração, atuando por dentro e fora, sob uma política justa que forme e tempere os quadros do magistério, há que vencer no futuro a odiada burocracia sindical reformista e transformar o Sindiute numa trincheira da luta revolucionária.

Nesta edição:

- Bolívia: O pacto político cooperativistas-governo está em marcha
- Argentina: Defender Zanón e todas as fábricas recuperadas com o programa da estatização sob o controle operário coletivo
- Revolta mulçumana - o que a religião oculta
- Nota sobre as eleições nos Estados Unidos
- 72 anos da morte de Trotsky

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Bolívia

O pacto político cooperativistas-governo está em marcha

Cooperativistas suspendem o bloqueio em troca da suspensão das reservas fiscais em 33 quadrículas para entregar cerca de 400 novas concessões às cooperativas.

O governo já tem definido sua posição frente ao conflito de Colquiri. Identifica-se com os interesses do setor cooperativo (empresários sanguessugas e exploradores de gente humilde), aliado do MAS. Evo tem sido categórico ao afirmar que não pode aceitar a reivindicação dos mineiros assalariados.

Antes da assinatura do acordo governo-cooperativistas, o Subsecretário do Regime Interior anunciava que, segundo “inteligência”, se havia detectado que esta noite os cooperativistas retomariam Colquiri e adianta que as forças da polícia são insuficientes para evitá-lo.

Não nos surpreenderia que o governo esteja considerando a possibilidade de uma retomada violenta pelos cooperativistas do distrito de Colquiri.

Mobilizar o conjunto do país em favor da nacionalização total da mineração, inclusive daquela que se encontra nas mãos das multinacionais, dos mineradores privados médios, dos pequenos e das cooperativas mineiras. Sob o novo regime da mineração nacionalizada, os cooperativistas devem migrar para a condição de proletários, como ocorreu em Huanuni.

Evo Morales antecipou a posição do governo a respeito do conflito mineiro

O governo já definiu sua posição diante do conflito de Colquiri. Com o argumento de não violar a Constituição, se identifica com os interesses do setor cooperativo. O pacto político cooperativistas-governo está em marcha. As negociações são uma manobra para que os combatentes caiam por cansaço e pela fome. Os assalariados devem acentuar as medidas de pressão no sentido mobilizar todo o País pela nacionalização total da mineração.

Na Concentração em Cliza disse que o governo não pode ceder às exigências do setor assalariado no sentido da reversão total de Colquiri a COMIBOL, porque a nova Constituição Política do Estado Plurinacional reconhece o movimento cooperativo com o mesmo direito que a mineração estatal e privada para explorar os recursos mineiros do País. Reiterou que ceder à reversão do pequeno filão mineral de Rosário seria inconstitucional, que o governo não está disposto a incorrer porque sua obrigação é velar precisamente pelo cumprimento total da “Carta Magna”.

Tudo está claro, no marco do processo de direitização que está vivendo o governo do MAS se explica essa virada no sentido de fazer concessões aos empresários privados, às multinacionais e – no presente caso – aos cooperativistas, em detrimento do setor da economia estatal. Seu preceito constitucional de que “o Estado deve controlar os setores estratégicos da economia”, como é o da mineração e dos hidrocarburetos, cai no ralo. Todos os dias, vemos que o Estado se abre no sentido de promulgar instrumentos legais em favor das multinacionais e da empresa privada; tolera as invasões e avassalamentos dos setores dos pequenos proprietários no campo sobre as terras comunitárias de origem e os ayllus, convoca as multinacionais para tramitar concessões na mineração e na exploração dos hidrocarburetos, etc..

Qual é o sentido, no presente conflito mineiro, que o governo convoque os cooperativistas e assalariados para sentarem na mesa de negociações quando sua posição já está definida em favor dos primeiros, supostamente no marco da Constituição? Como sempre faz, está apostando no prolongamento do conflito até que os combatentes caiam por cansaço (os assalariados levar a pior, porque dependem do salário diário; os outros, devido a seus recursos serem mais altos, terão reservas para aguentar mais) e assim tenha as mãos livres para manter o pequeno filão de Veta Rosário nas

mãos de seus aliados políticos. Portanto, temos de concluir que as negociações são uma manobra nas mãos deste governo na qual não devem cair os mineiros assalariados. O caminho correto é intensificar as medidas de pressão orientadas a mobilizar o conjunto do País em favor da nacionalização total da mineração, incluindo aquela que se encontra em poder das multinacionais, dos mineiros privados médios, dos pequenos e das cooperativas mineiras. Sob o novo regime da mineração nacionalizada, os cooperativistas devem migrar da condição de proprietários como ocorreu em Huanuni depois da reversão dessa exploração para as mãos do Estado.

Ao companheiro mineiro Héctor Choque morto no conflito de Colquiri

Moção da Federação dos Trabalhadores da Educação Urbana de La Paz

*“ Honra e glória ao companheiro Choque
Viva a ocupação da Mina Colquiri e da Veta Rosário!
Reversão de todas as minas ao Estado!
Administração sob o controle operário coletivo!
Recuperação de todos nossos recursos naturais para os bolivianos, sob a propriedade coletiva!
Planificação econômica de acordo com as necessidades do País para alcançar o desenvolvimento integral por meio da industrialização nas cidades e mecanização do campo!
Expulsão das multinacionais saqueadoras!
Repúdio aos bandos fascistas de empresários cooperativistas que destroçaram a heroica sede da Federação dos Mineiros!
Que a COB convoque o Ampliado Nacional de Emergência para organizar a luta unitária, nacional e centralizada!*

A Federação Departamental de Trabalhadores da Educação Urbana de La Paz reconhece a classe operária-mineira como a única vanguarda revolucionária pelo lugar que ocupa na produção, despossuída de toda propriedade, como classe instintivamente socialista. Junto à classe operária, os professores pacenhos lutam por uma Bolívia Socialista.

As grandes cooperativas são empresas com patrões e uma massa grande de peões que não são sócios, mas sim assalariados. Estes devem incorporar-se à Empresa de COMIBOL com direitos trabalhistas e solidariedade social e não enfrentar-se com seus irmãos de classe.

A morte do companheiro mineiro de Colquiri, assassinado pelo governo e pelos empresários cooperativistas, nos deve servir de exemplo para que assimilamos a lição que nos deixa: o governo do MAS não é nosso governo, é um governo antiooperário. Sua demagogia nacionalizadora é uma impostura. Na hora da verdade, apoia os proprietários privados, interculturais, cocaleiros, cooperativistas. Sua teoria de que no País podem conviver harmonicamente distintos tipos de propriedade fracassou, porque representam interesses antagônicos (patrões e força de trabalho) e é reacionária e pró-imperialista, porque tenta anular a luta de classes.

Boletim “Aula Livre” de 20 de setembro de 2012, URUS

Homenagem ao companheiro mineiro de Colquiri

Um operário, condenado ao subsistir desde menino sem importar como, acabou sua existência da mesma forma que uma briga (rixa) ou o aparecimento do homem esquecido.

Na morte do mineiro de Colquiri se expressa a forma como os pobres assumem a morte. Assim, com muita dor, mas com a familiaridade de conhecer a morte no dia a dia.

A morte de um operário, seja da forma que fosse, é a queda de um pedaço da produção que permite existir a sociedade.

A morte de um operário, na luta por converter a riqueza em utilidade social, sobrepassa a cova na qual esgota suas energias e o lugar de seu descanso chegando a transcender toda a humanidade. A nobreza que deixa corta diante da razão de semelhante sacrifício.

À margem de qualquer cálculo, os operários morrem com a certeza de que haverá um mundo melhor no futuro.

Esta é a razão de sua incansável luta, de sua atitude temerária e de seu grande atrevimento, acabar com o capitalismo.

Esta sociedade e seus agentes policiais continuarão matando operários e pobres em geral, mas não poderão matar a obstinada luta por construir uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Viva o governo operário e camponês!

Viva o comunismo!

Glória ao companheiro Héctor Choque!

Resolução da Federação Departamental dos Trabalhadores de Educação de Oruro sobre Colquiri

Todos os explorados devem se somar na luta para impor com a mobilização geral a nacionalização total da mineração sob o controle operário coletivo

1. O conflito produzido em Colquiri e a morte do companheiro assalariado em La Paz é de exclusiva responsabilidade do governo e seus sócios cooperativistas e tem sua origem na natureza pró-burguesa da política mineira que desenvolve o MAS. O governo “pós-moderno” de EVO é mais fervoroso do que os neoliberais na inversão mineira das monstruosas multinacionais, mineiros médios, pequenos mineiros e cooperativistas (pequenos proprietários e grandes proprietários). O delito maior de EVO-LINERA, que é a causa de sua podridão e submissão, é o de serem lacaios da propriedade privada em suas diferentes formas. A realidade nos mostra que Evo e todos seus piolhos são pulverizados pela luta de classes.
2. Se o governo nacionalizou Huanuni em 2006, depois Malqu Qota há alguns meses atrás e parcialmente Colquiri, não

foi porque sua política mineira tenha como eixo a nacionalização mineira, porque disso não tem nada. Realizou-a contra sua vontade por pressão da mobilização e os mortos que ofereceram os trabalhadores. A nacionalização desses centros mineiros produziu desprestígio mundial para o governo diante de seus sócios multinacionais.

3. O governo tem clara a figura diante do problema de Colquiri, e a decisão tomada é a favor de seus sócios cooperativistas (empresários sanguessugas e exploradores de gente humilde), por isso cede a seus pedidos. Uma outra coisa foi que depois de nacionalizar Colquiri, com um novo decreto, entregou-a na sua integridade a “Veta Rosário” e distorce a verdade sobre a morte do assalariado Héctor Choque, quando o culpa de autoatentado. É outra mentira inventada pelo governo para proteger os cooperativistas e livrar-lhes de qualquer responsabilidade.
4. O respaldo do governo, desde o início do conflito, aos cooperativistas tem conteúdo político. Eles cogovernam com EVO-LINERA e são um dos sustentáculos do asqueroso “processo de mudança”. Enfim, Evo se apoia no setor depredador e retrógrado da mineração como parte do franco processo de direitização do MAS. O respaldo do governo a este setor é também por razões eleitorais, são uma massa considerável de votos que podem favorecer Evo nas próximas eleições.
5. Quando o problema se agudiza, da mesma forma que em outros conflitos anteriores, o governo acusará os assalariados de serem “direitistas” por atentar contra seu governo e seu “processo de mudança”, nós responderemos que os novos direitos são os que defendem seus sócios multinacionais, petroleiras e proprietários cooperativistas e os verdadeiros de esquerda são os trabalhadores que lutamos pela nacionalização total da mineração (propriedade social).
6. A resposta correta ao problema geral da mineração e Colquiri-

Argentina

O texto que publicamos abaixo tem um imenso valor prático para a luta do proletariado contra a classe capitalista. A militância do Partido Operário Revolucionário (POR) mergulhou profundamente na defesa da ocupação da fábrica de cerâmica Zanón e da imposição do controle operário coletivo. Embora não estivesse fisicamente na direção do movimento, trabalhou com firmeza sob o programa e o método de luta do proletariado para impor essa conquista. O PTS fez de tudo para marginalizar a militância porista. Mesmo assim não foi possível separar a política do POR dos acontecimentos que levaram a ocupação e controle operário da fábrica. Nesses anos de luta, o POR nunca deixou de se empenhar na resistência contra as pressões dos proprietários e dos governantes para retomar o controle da fábrica. Hoje, o POR não só pode reivindicar a experiência revolucionária de Zanón como também pode fazer a crítica às posições errôneas do PTS. O texto abaixo constitui um manifesto de defesa dramática da estatização sem indenização e do controle operário coletivo da fábrica.

Defender Zanón e todas as fábricas recuperadas com o programa da estatização sob o controle operário coletivo

A experiência de Zanón se converteu em uma referência para todo o movimento operário. Destacou-se entre todas as fábricas e empresas recuperadas e colocadas a funcionar pelos próprios trabalhadores, por sua envergadura, por toda luta desenvolvida para impedir que se reinstalasse a patronal ou se dissolvesse, pelo enfrentamento com a burocracia sindical, pelo tempo que se sustentou, pelo debate que se originou, sobretudo por todas as lições que vai trazendo nesse processo.

Estamos diante das eleições no Sindicato Ceramista, no

ri é a colocada pelos assalariados, que encarnam o instinto comunista, e ao se converter em consciência imporá ao governo a *nacionalização todas das empresas multinacionais, as pequenas empresas mineiras e as cooperativas mineiras e a da média produção, mas sob o controle operário coletivo*. Chamamos os milhares de cooperativistas mineiros pobres a rebelarem-se contra seus patrões, dirigentes nacionais, departamentais e regionais -, que em nome do cooperativismo se enriquecem como porcos espremendo a mais-valia de seus irmãos. A solução da sub-humana superexploração que sofrem milhares de cooperativistas passa pela proletarização sob a forma de trabalhadores assalariados nas novas empresas nacionalizadas com o controle operário coletivo e fruto da revolução social dirigida pelo proletariado.

7. Rechaçamos o diálogo distracionista do governo que já tomou partido em favor dos cooperativistas. Nessas condições, o diálogo é inútil e o que faz é prolongar mais o conflito para cansar os assalariados e derrotá-los.
8. Chamamos todos os explorados do País a respaldar e generalizar a mobilização dos assalariados com diferentes manifestações de ação direta. Nesse momento, os assalariados são o setor mais progressivo e revolucionário da mineração que desmascaram o governo como laia de seus sócios multinacionais e cooperativistas. Os mineiros assalariados são o germe da revolução social que se avizinha e lutam por consolidar a base material do futuro governo operário e camponês.

Oruro, 24 de setembro de 2012

A melhor homenagem ao companheiro assalariado morto será impor ao mau governo de Evo-Linera a nacionalização total da mineração, sob o controle operário coletivo!

Generalizar a luta dos assalariados com diferentes formas de ação direta”

(Extraído do Jornal Massas, nº 2282, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

próximo dia 27 de setembro, em que se apresentaram duas Chapas. A Marrom, que tem sido a direção de todo o processo, e a Operária Cinza, dirigida pela Esquerda Socialista e o PCR.

Defender os postos de trabalho com os métodos da classe

A gestão operária na Zanón se originou da resistência ao fechamento da fábrica pelos proprietários, e em defesa dos postos de trabalho. Questionou o regime de propriedade e as decisões patronais de fazer o que lhes dá na cabeça. Essa luta é um ponto de referência

inevitável para todos os trabalhadores por ter concretizado a bandeira de impedir o fechamento da fábrica com os métodos próprios da classe operária, ocupando-a, defendendo-a e colocando-a a produzir sob sua direção. Essa experiência se reproduziu em outras fábricas do país diante das ameaças de fechamento.

Por este motivo, para a burguesia é uma questão de princípios derrotar a experiência de Zanón por todos os meios. Os capitalistas pretendem mostrar que é inviável que os trabalhadores tomem em suas mãos as rédeas de uma empresa.

Zanón foi ocupada no momento de grande radicalização social

Essa ocupação se deu em um contexto de revolta nacional contra todas as instituições da burguesia, desenvolvendo-se um vasto processo de assembleias, multiplicando-se os movimentos piqueteros, que recorriam aos métodos da ação direta das massas, na ocupação de dezenas de locais de trabalho em defesa do emprego, em mobilizações gigantescas. Na eleição prévia às jornadas de Dezembro de 2001, deu-se a maior porcentagem de abstenção e voto de protesto.

Essa luta permitiu durante muito tempo mobilizar toda uma região em defesa da ocupação da fábrica – uma das maiores produtoras de porcelanato da América Latina. Organismos como a Coordenadoria do Alto Vale foram criados pela vanguarda da região e do país para coordenar a luta e nacionalizá-la. Durante esses anos, existia uma sólida unidade dos explorados em defesa incondicional da fábrica diante das tentativas de quebrar sua resistência. Realizaram-se numerosos atos e muitas organizações trabalharam para sua proteção, juntando dinheiro, vendendo cerâmica nas ruas e propagandeando os materiais dos ceramistas, enfrentando a burocracia de Montes e seus comparas de lúmpens, pagos por Luigi Zanón.

O método utilizado, por excelência, foi o da mobilização e da ação direta massiva. Sem a unidade da classe, dos partidos, das organizações e sem estes métodos a fábrica não teria tido possibilidade de subsistir durante mais de dez anos.

As decisões sobre o destino da fábrica eram tomadas sempre em assembleia e, nelas, a direção jogava um papel decisivo.

Essa experiência forjou toda uma camada de dirigentes operários, alguns independentes e outros ligados ao PTS, que conformaram desde o primeiro momento a Agrupação Marrom do Sindicato Ceramista, direção desse processo durante esses quase onze anos.

A burguesia e seus governos rechaçam a estatização de empresas

Diferentemente de épocas anteriores em que a burguesia se via obrigada a se encarregar de empresas e as assumia, estatizando centenas de empresas de todo o tipo, a partir do final dos anos 70, a burguesia adotou o caminho indicado pelo capital financeiro internacional de se desfazer de todas as empresas que permaneciam sob a órbita estatal, processo que se completou com Menem, e com a firme decisão de nunca mais nacionalizar uma empresa. Sob o controle do Estado, esteve o petróleo, hotéis, fábricas, bar-

cos, empresas comerciais, canais de televisão, rádios, etc..

O Kirchnerismo operou para dissolver o movimento das fábricas recuperadas

Não podemos fazer um balanço do papel da direção ceramista à margem da situação geral da luta de classes no país. Os ceramistas ficaram isolados, o movimento de fábricas recuperadas se freou, abriu-se um período de enormes ilusões democráticas que permitiu ao governo intervir em todo esse processo, tratando de institucionalizá-lo para arrancá-lo de seu poder. Não podemos responsabilizar a direção do sindicato ou a fábrica por questões objetivas que vão muito além de suas possibilidades. Se a responsabilizamos por suas vacilações, por seus erros, que debilitam e dificultam ainda mais o desenvolvimento de uma política operária, a responsabilizamos por ter festejado como grande triunfo a expropriação com indenização, sua legalização, sua crescente tendência de gerar mais ilusões democráticas. Deveriam dizer com toda precisão que a lei não tinha nada que ver com a estatização da fábrica.

Qual deve ser a política da classe operária?

Quando nos referimos à classe operária estamos fazendo referência a seu programa de classe, a sua perspectiva histó-



ca, diferente e contrária da perspectiva burguesa. A estratégia política da classe operária é acabar com a propriedade privada de todos os meios de produção, expropriando-os sem indenização, transformando-os em propriedade social, isso quer dizer de todos em geral e de nenhum em particular, isso será possível por meio da revolução social que acabe com os capitalistas e seu Estado. Sua estratégia é acabar com a exploração do homem pelo homem, a

sociedade sem classes, o comunismo.

Sob o capitalismo, a classe operária luta para impor seu próprio poder, um duplo poder dentro das fábricas, que é o **controle operário coletivo**. Isso é possível em situações de ascenso generalizado das massas, com um grande desenvolvimento organizativo e amadurecimento político da classe. O **controle coletivo** começa em algumas fábricas, mas para impor deve se generalizar aos principais meios de produção.

O **controle operário coletivo** leva a conhecer todos os segredos da produção, acabar com eles, para poder planificar a economia. Os segredos comerciais têm como finalidade ocultar das massas e, em primeiro lugar, dos próprios trabalhadores das empresas os verdadeiros planos dos capitalistas, que atentam contra o interesse geral da sociedade, *esconder dos produtores e consumidores as maquinacões da exploração, o roubo e a fraude*.

Em Zanón iniciou-se com essa tarefa, abrindo os livros, conhecendo os manejos financeiros, as relações com os bancos e os governos, os verdadeiros custos de produção, os lucros. O auxílio dos técnicos da universidade facilitou o acesso aos sistemas de informação e ao funcionamento de todas as máquinas. Esta é uma experiência que deve se propagandizar, tem um enorme valor educativo, deve mostrar-se à militância que tem de acabar com os segredos comerciais, abrindo os livros, os verdadeiros, não os que apresentam para escamotear os lu-

cross e pagar menos impostos. Ter conseguido levar à prática essas medidas é uma enorme conquista para a classe operária de conjunto, tê-lo difundido à população neuquina politizou a importância de defender Zanón e assentou as bases para um grande movimento de solidariedade em vastos setores. Essa metodologia deve manter-se todo o tempo. A totalidade dos trabalhadores ceramistas em primeiro lugar, mas a todos esses setores que tomaram a causa em suas mãos devem poder seguir passo a passo todos os problemas para manter em pé as fábricas sob a gestão operária, conhecer todas as dificuldades, com a mais absoluta transparência.

Todo o tempo, devemos propagandear entre a classe operária a necessidade de conhecer em detalhe os mecanismos de cada fábrica, de um ramo industrial, da economia em seu conjunto, especialmente os bancos, as indústrias vitais, os transportes, o abastecimento, compreender como se apropriam da renda nacional. Sem este conhecimento não estaremos em condições de preparar a planificação da economia da perspectiva da classe operária e da maioria oprimida da sociedade.

A classe operária não reivindica a propriedade particular dos meios de produção onde é explorada, a propriedade nas mãos dos capitalistas na qual se origina da expropriação constante de todos os trabalhadores. O programa da classe operária não reivindica a propriedade da fábrica Ford para os operários da Ford, para si mesmos, essa fábrica será propriedade social e coletivamente se decidirá seu destino, o que produzirá, quanto, como.

A classe operária não é partidária da formação de cooperativas ainda que em condições de necessidade para sobreviver, transitoriamente, deva adotar formas de organização que não são próprias, como a cooperativa. Não corresponde transformar o que é produto da necessidade, da dificuldade para impor-lhe ao governo a estatização da empresa naquele momento, em um objetivo em si mesmo. A situação em que os ceramistas sejam proprietários de sua fonte de trabalho, através de sua cooperativa, é uma desnaturalização de sua condição de operários, com tudo que isso significa, é uma situação em que se deve ter bem claro que é preciso acabar com ela o quanto antes.

A propriedade de todo esse capital acumulado nas instalações e maquinarias é do conjunto da classe operária.

A Cooperativa Fasinpat e a estatização da fábrica sob o controle operário coletivo

A direção ceramista impulsionou a formação da Cooperativa FASINPAT (2004). Também durante 2004, os ceramistas apresentaram ao parlamento provincial um Projeto de **Estatização sob o controle operário e expropriação sem indenização da fábrica**. Esse era o norte, essa era a orientação central da luta, a estatização sob o controle operário, e a expropriação sem indenização. Devia-se deixar claro perante os trabalhadores que esta tarefa só poderia ser imposta pela mobilização revolucionária das massas, radicalizando e estendendo a intervenção, nunca pela vontade dos parlamentares.

Quando falamos de **estatização** não estamos dizendo que passem os bens da Zanón em nome da Cooperativa, que se

transformem os operários em proprietários da fábrica, estamos dizendo que o Estado assuma a fábrica, se transforme em empresa estatal, dissolvendo a cooperativa, pagando os salários e equipando o estabelecimento para ampliar e garantir sua capacidade de produção para abastecer a obra pública – não para competir comercialmente com outras cerâmicas. É nesse marco que se poderá impor a aplicação do acordo coletivo dos ceramistas e lutar juntamente com todos os ceramistas do país por um salário mínimo que equivale às necessidades vitais de uma família. Não dizemos estatização simplesmente, mas sob o controle operário coletivo. Serão os operários os que garantirão a direção da fábrica. As empresas estatizadas sob o controle de funcionários dos distintos governos burgueses têm sido uma fonte de rapina, corrupção generalizada e desorganização da produção.

A ocupação, o funcionamento, a permanência da Zanón é uma conquista de todos os trabalhadores e da população neuquina em primeiro lugar e de toda a classe operária. Todos estão interessados em sua existência e em seu triunfo. A causa da Zanón e dos ceramistas não se resolve no âmbito de uma só fábrica ou de uma regional. Resolve-se no terreno da luta de classes. Sua defesa deve partir do mais amplo debate e participação de sua base, para compreender todos os fenômenos que

abarcam sua situação, e da participação de todo o movimento operário, de todas as correntes que se reivindicam da classe. A situação hoje é extremamente complexa e perigosa, corre-se o risco de perder uma das maiores conquistas operárias, os sinais da crise da direção ceramista são evidentes. A luta hoje está centrando em que se complete o trâmite da expropriação com indenização e em conseguir recursos para modernizar a planta.



Nossa crítica a Marrom

Uma de nossas críticas mais fortes à direção Marrom é que se tem aceitado e apresentado **como um grande triunfo** a aprovação do projeto de **expropriação com indenização** – com concordância – e que a regulamentação desta Lei se converteu no eixo de sua política. Imediatamente, a direção ceramista abandonou a luta política pela expropriação sem indenização e estatização da Zanón sob o controle operário.

A irmã de Luigi Zanón apresentou um recurso de inconstitucionalidade contra a dita Lei, que foi rechaçada no ano passado. A Lei determinou que “a totalidade dos direitos sobre os bens são expropriados com o objetivo de serem transferidos de maneira definitiva à Cooperativa de Trabalho Fasinpat Ltda (art.4)”. Em seu artigo 5º, a Lei estabelece que se abonará o preço de vinte e três milhões e quatrocentos mil pesos “para o qual deverá obter-se a conformidade da obrigação do expropriado”. Em seu artigo 7º, determina que a Cooperativa “compensará o Estado provincial, em espécie, a quantia desembolsada mediante a venda a preço de custo dos produtos que requer a Província para fins públicos”. O artigo 8º, assinala que “o gasto de demanda da presente Lei se efetuará a cargo do Orçamento Geral vigente do exercício que se efetua a expropriação, para o qual o Poder Executivo preverá a correspondente parcela de recursos”.

O POR foi a única organização que não se somou à festa

Imediatamente, assinalamos que a Lei 2656, aprovada em 13 de agosto de 2009, não dava resposta às reivindicações. Essa Lei as desnaturalizava completamente. Não há estatização, não há xpropriação. Esta Lei se inscreve dentro dos marcos da reforma da lei de quebras sancionada posteriormente em nível nacional, destinada a institucionalizar as fábricas ocupadas.

Qual devia ser a política da direção?

Alertar sobre o alcance da Lei com a maior precisão e ratificar qual é o objetivo da luta. Devia-se dizer que os termos do projeto apresentado em 2004 haviam sido derrotados, não só porque se estabelece o pagamento na forma de indenização, mas também porque o Estado se descarrega completamente da fábrica, transferindo os ativos para a Cooperativa, transformando-os em proprietários dos meios de produção. *Apresentar a Lei como um triunfo foi um crime político por parte da direção ceramistas e do PTS.* Não somente foi um erro naquele momento sair a festejar, como também continuar considerando que a Lei é um triunfo e que se trata de aplicá-la rapidamente, pondo o eixo em que a solução do problema da Zanón é que o governador Sapag indenize os credores e isto lhes facilita obter crédito para renovar o parque de máquinas.

Essa concepção se reflete em todas as aparições públicas nos meios de comunicação dos advogados da Fasinpat, do deputado López e dos dirigentes da Marrom, criando novamente a ilusão de que com a assinatura por parte do governador do projeto de expropriação se resolvem os problemas dos operários. Denunciamos que isso é falso e que é preciso dizer claramente à população de Neuquén que se, a fábrica não for estatizada e sua produção não está incorporada a um plano de obra pública, não é possível resolver a situação.

Revolta mulçumana - o que a religião oculta

A extraordinária manifestação em 19 países que professam o islamismo como religião predominante contra o filme "A inocência dos muçulmanos" se direcionou contra os Estados Unidos. Aproveitando o clima internacional criado pelos protestos, o jornaleco francês "Charlie Hebdo" decidiu lançar um número com charges e caricatura de Maomé. Conseguiu uma vendagem espetacular e também uma fúria dos muçulmanos. O governo francês teve de fechar provisoriamente suas embaixadas e reforçar a segurança. Os Estados Unidos foram pegos de surpresa, mas a França estava de sobreaviso.

Em 12 de setembro, quando os muçulmanos se deram conta do tamanho da provocação e do ultraje, na Líbia, ocorreria o pior castigo para o governo norte-americano – um ataque armado ao consulado sediado em Benghazi matou quatro de seus ocupantes, entre eles o embaixador J. Christopher Stevens. Não era do interesse da administração democrata, que concorre à reeleição de Barack Obama, que se produzisse e divulgasse um vídeo tão escabroso quanto imbecil.

O seu criador, um tal de Nakoula Baseley Nakoula, é adepto da seita cristão copta, que recebeu dinheiro para montar a fatídica peça. Revelou-se, depois, que o homem é um crápula, um golpista. Caso ninguém ligasse para o seu filme, seria sepultado como mais uma infâmia que anda solta pelo mundo capitalista. Ninguém poderia reunir tanta asneira em um só

É necessário retomar a luta pela estatização sob o controle operário

É um objetivo permanente da burguesia e de seus governos liquidar essa experiência, derrotar Zanón, os ceramistas, golpeando toda classe operária, fazendo crer que não é viável nenhuma empresa nas mãos dos trabalhadores, para que não seja tomada como referência. Pôde isolá-la, desgastá-la, afogá-la, mas todavia não tem podido derrotá-la, devemos revisar todo esse processo para ver como deve continuar a luta. O tema deve ser debatido profundamente, sem temores nem preconceitos pelos trabalhadores ceramistas e por todos os trabalhadores. A sorte da Zanón depende de todos eles.

Como defender Zanón, Stefani, etc.?

Politizando e organizando todos os companheiros, lutando por fazê-los plenamente conscientes do processo em que estamos. O pior que se pode fazer é esconder ou deformar os problemas, restringir a democracia proletária, o pior que se pode fazer é confundir a estratégia e gerar mais ilusões democráticas. A burguesia faz sentir todo o peso de sua história, seu domínio ideológico, sua pressão econômica, seu aparato repressivo, para esmagar os operários. Confiar nas instituições burguesas, em suas leis, em seu parlamento, é desarmar os trabalhadores. Isto não significa que não se intervenha sobre eles, o que não se pode é criar ilusão de que por essa via se poderá resolver a reivindicação do movimento operário. Unicamente aprofundando e estendendo a mobilização podem se impor as reivindicações e obrigá-los que resolvam. A bandeira central da luta deve ser a estatização da fábrica sob o controle coletivo.

(Extraído do Jornal Massas nº 264, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



pedaço de impressão. Os muçulmanos deveriam tão-somente escarrar. Melhor ainda, se o desprezassem. No entanto, as manifestações de rua, o cerco às embaixadas, o ataque mortífero ao consulado, os conflitos com a polícia e inúmeras mortes pareceram como totalmente desproporcionais.

Os comentaristas ocidentais (nome que substitui pró-imperialistas) foram obrigados a reconhecer que o copta Nakoula foi longe de mais. Os adjetivos foram de infâmia para cima. Mas

condenaram a violência dos islâmicos radicais, que para eles é uma minoria. Recorreram à velha discussão sobre a “liberdade de expressão”. Alguns exemplificaram que os muçulmanos também usam caricaturas propagandistas contra o judaísmo. Por que então não se poderia fazer o mesmo com outras religiões? Lembraram que há sete anos atrás, na Dinamarca, foi divulgada uma charge em que Maomé aparece com um turbante desenhado na forma de uma bomba. O fato também provocou convulsões e o saldo foi de cerca de 100 mortos.

Que mundo é esse em que charges, caricaturas, poemas e um filminho como “A inocência dos muçulmanos” causam tanta comoção social e política? Bastaria que o governo norte-americano desse uma satisfação, revelasse que Nakoulas está nas malhas da justiça, que o prendesse (como o fez, diante das manifestações) e que rechaçasse o seu conteúdo, para que os islâmicos vilipendiados aceitassem a desculpa. Afinal, o governo Obama e o povo norte-americano em seu conjunto não podem ser responsabilizados pelos atos de Nakoula e de seus financiadores. Infelizmente, as autoridades poderiam dizer, a liberdade de expressão e de imprensa tem seus inconvenientes. Mas isso se resolve com o direito de resposta e com a crítica, poderiam acrescentar. É o que os jornalistas brasileiros mais ou menos falaram, admitindo que não se pode confundir liberdade de expressão com licenciosidade (um velho slogan). São pagos para repetir os chavões confeccionados pelas empresas jornalísticas.

Ocorre que os muçulmanos atingidos não pensam assim e não reagiram segundo o preceito civilizatório das potências. O conflito somente na superfície é de ordem religiosa. A história está repleta de demonstração que as religiões serviram à economia e à política. Quase sempre expressaram o poder de dominação sobre classes e povos. As guerras promovidas pelos feudais entre os séculos XI e XII, com a participação decisiva da Igreja Católica, contra os muçulmanos, são testemunhos mais profundos de que a religião é uma cobertura ideológica. As Cruzadas fixavam objetivos cristãos, como o de libertar a Terra Santa do domínio muçulmano, mas estavam repletas de interesses expansionistas das monarquias da Europa Ocidental.

Essas são as raízes mais antigas e profundas que se manifestam em época tão distinta quanto a nossa. Não é por acaso que as acintosas peças publicitárias venham de potências ocidentais. Desta vez, o ataque partiu dos EUA. E não tem a menor relevância a reprovação de Obama e mesmo da população. Isso porque as reações na Líbia, Egito, Paquistão, Líbano, Sudão, etc. põem de manifesto o ódio antiimperialista das massas oprimidas, que seguem o Islã.

Não resta dúvida de que a repulsa popular ao domínio das potências se cultiva e se faz por meio do islamismo. A rivalidade sangrenta entre cristãos e muçulmanos, como a história retrata, não se deve a que aqueles adoram a figura de Cristo e estes, a de Maomé. A Igreja Católica não somente foi a força religiosa dominante no feudalismo, como também continua a sê-lo no capitalismo. Não há como desvinculá-la do colonialismo e do atual imperialismo. Como dissemos, não se trata de choque de religiões, mas sim das forças materiais que as suas mais distintas variantes encarnam. Por debaixo da roupagem do islamismo radical, encontramos o nacionalismo radical que



movimenta as massas nos países muçulmanos.

Os países ainda convulsionados pelos levantes contra as ditaduras no Oriente Médio e no Norte da África não poderiam receber passivamente a ofensa religiosa, uma vez que esta não passa de uma faísca em pólvora. São representativos da situação conturbada, de características objetivamente revolucionárias, o ataque ao consulado dos EUA em Benghazi e a morte do embaixador. Na Líbia, o movimento oposicionista derrubou o governo ditatorial de Muamar Kadafi a custo de aceitar a intervenção militar das potências e de imediatamente submeter o Estado em reconstrução aos seus ditames. As forças internas díspares que se uniram para vencer Kadafi, agora, se batem em torno da ingerência imperialista. Ou os líbios entregam suas reservas de petróleo às multinacionais ou reagem contra a dominação instalada no País.

O ataque das forças governamentais à sede da milícia, acusada de provocar a morte dos norte-americanos, e a exigência de que entregue as armas foram um dos conflitos mais significativos entre os aliados. As mãos do imperialismo conduziram à repressão em Benghazi contra a milícia rebelde.

Não obstante, o quadro é mais amplo e complexo. Apenas mencionamos a instabilidade que reina no Egito, Tunísia e Iêmen. O centro da crise no Oriente Médio deslocou para a Síria. Já morreram cerca de 30 mil entre civis e combatentes e o imperialismo não teve como usar o falso argumento de defesa humanitária da população e dos direitos humanos, como fez com a Líbia. Isso porque uma intervenção poderá contar não só com a resistência militar do regime Assad, como também das massas árabes.

No fundo dos levantes contra as ditaduras, encontra-se o sentimento antiimperialista e, em particular, anti-EUA. Com a implantação à força do Estado sionista de Israel e com a sua sustentação pela burguesia norte-americana (parte dela judia), não há acontecimento e convulsões sociais em que não esteja em tela a luta contra a opressão nacional no Oriente Médio. A questão palestina é apenas uma delas, sem dúvida a mais bárbara. Ligado a ela, está o antagonismo entre Israel e Irã, que de fato se resume entre o imperialismo e a nação oprimida iraniana.

A ocupação do Iraque, a derrubada do governo Saddam Hussein, a pena de morte forjada e a carnificina provocada pela guerra calaram fundo nas massas o papel nefasto do imperia-

lismo. Não é preciso alongar sobre a ocupação do Afeganistão. Faz pouco que um pastor queimou o Alcorão em uma base militar norte-americana e provocou a ira dos afegãos. Mencionemos apenas a execução de Osama Bin Laden. A prepotência como os seus caçadores agiram e a preparação cênica para mostrar o fuzilamento do chefe da Al Qeda não fizeram senão condimentar o ódio antiimperialista das massas muçulmanas.

Se se quer compreender por que um vídeo cretino, feito por um marginal imbecil e financiado por reacionários copistas norte-americanos provocou tamanho vendaval, é preciso tirar o manto da luta religiosa que acoberta o choque entre o imperialismo e o nacionalismo, que oculta o antagonismo entre as nações opressoras e as nações oprimidas, que obscurece o embate entre os saqueadores e os saqueados.

Os EUA e seus aliados sabem que enquanto a resistência

dos oprimidos estiver sob a condução das forças nacionalistas islâmicas e que enquanto puder manter o disfarce religioso de luta contra uma facção radical (fundamentalista) muçumana, o capitalismo não corre perigo. E, portanto, o imperialismo acabará se impondo, inclusive com a ajuda das forças islâmicas pró-imperialistas, encarnadas pelos governos.

É necessário responsabilizar vigorosamente o governo norte-americano e a burguesia imperialista pela agressão desfechada contra os muçulmanos. É preciso denunciar sem temor o papel reacionário da “liberdade de expressão” ditada pelas empresas de comunicação a serviço do imperialismo. Apoiamos incondicionalmente as manifestações das massas contra a ofensa lançada desde a maior potência. E levantamos a bandeira da revolução proletária, socialista, para vencer o imperialismo.

Nota sobre as eleições nos Estados Unidos

Barack Obama poderá ser reeleito, mas não com tanta facilidade. O analista Eric Hershberg, no artigo “A encruzilhada da eleição americana”, assinala que as pesquisas indicam uma modesta e crescente vantagem do democrata. Mas ressalva: “Cenários extremos contemplam um empate por 269 no Colégio Eleitoral, em novembro, um desfecho que é remotamente possível, mas improvável.” Nesse caso, a decisão iria para a Câmara de Deputados, que é quase certo que terá maioria republicana. Não parece, porém, que Mitt Romney e seu vice Paul Ryan possam desbancar os democratas da presidência da República.

O brutal ataque desfechado pelos republicanos à classe operária, cuja composição conta com milhões de imigrantes, e aos pobres em geral não foi capaz de movimentar a imensa classe média que vem empobrecendo contra a candidatura de Obama. Mesmo assim, não é desprezível a rejeição de imensas parcelas da população ao continuísmo democrata. Ocorre que os explorados não têm outra alternativa senão se enfileirar atrás dos democratas e dos republicanos. O bipartidarismo é rígido.

A potente burguesia norte-americana, com seu imenso porte imperialista, controla os Estados Unidos com mãos de ferro. A sua ditadura de classe sobre o proletariado e sobre os explorados em geral se configurou no longo de sua história por meio do bipartidarismo. Os republicanos e democratas se alternam no poder de forma que os primeiros assumem posições mais à direita e os segundos mais à esquerda no restrito espectro da política burguesa. As diferenças correspondem às divisões das classes sociais e aos conflitos mundiais nos quais os EUA estão sempre envolvidos. Mas ambos partidos acabam se acomodando diante dos grandes problemas, principalmente no que diz respeito aos interesses dos setores monopolistas que controlam de fato o Estado.

A intervenção nas duas grandes guerras contou com a unidade de aço entre as duas frações partidárias da burguesia monopolista e imperialista norte-americana. Estrategicamente, estiveram e estarão soldadas contra o comunismo. Não importa qual dos partidos esteja no poder, o nacionalismo imperialista se impõe.

A burguesia ianque edificou os EUA sobre a exploração do proletariado mundial e sobre as nações semicoloniais. Democratas e republicanos expressam a gigantesca acumulação capitalista e administram os interesses do capital financeiro e

dos monopólios industriais e comerciais, estando investidos de posições conservadoras ou semiconservadoras.

A imprensa no Brasil procura apresentar os democratas como progressistas e sensíveis às questões sociais. Não passa de um enfeite para acobertar a política reacionária e bárbara da burguesia imperialista. O capitalismo se contorce em suas velhas contradições, que precipitaram o mundo em grandes crises. As massas estão mais uma vez diante de uma situação de desmoronamento econômico.

Os EUA são o epicentro de uma hecatombe que está por vir. A explosão da crise em 2008 em suas fronteiras nacionais logo se manifestou em cadeia nas demais potências e delas para o restante dos países. Observa-se que a gigantesca acumulação parasitária de capital já não pode ser garantida sobre a base de meios artificiais de expansão industrial e comercial. As forças produtivas estão em franco choque com as relações capitalistas de produção.

No momento em que a crise eclodiu, em meados de 2008, a taxa de desemprego era de 4,9% da força de trabalho, saltou um ano depois para 10,1%. Hoje baixou para 8,6%. O que indica a destruição de milhões de postos de trabalho. Em 2010, o Censo revelou que 46,2 milhões de norte-americanos viviam na pobreza. A polarização entre riqueza e pobreza é retratada na constatação de que os 20% mais ricos detinham, em 2007, 53%, enquanto que os 20% mais pobres, apenas 5%. Em 1979, a relação era de 43% para 7%. Certamente, com o desemprego e perdas salariais, as massas estão ainda em piores condições.

Obama chegou ao poder do Estado como um novo fenômeno político, por não ter linhagem oligárquica e por ser negro. Distinto, portanto, do democrata, Bill Clinton, que governou por dois mandatos (1992/2000). A volta dos republicanos à Presidência, sob o comando de Georg W. Bush, concluiu com a crise de 2007/2008. Esse período foi marcado por uma política exterior agressiva, justificada pelo atentado de 11 de setembro de 2001 nas torres do World Trade Center. A invasão do Afeganistão e do Iraque são medidas expansionistas e de defesa dos monopólios que se acham diante da crise de superprodução. Os democratas não se opuseram que Bush avançasse em suas diretrizes unilaterais.

Não restam dúvidas de que a magnitude da crise econômico-financeira de 2008 obrigou a burguesia norte-americana a redirecionar sua política de Estado. O descontentamento e des-

confiança de parcelas crescentes da população poderiam ser canalizados para os democratas. É nesse quadro que Obama despontou com cara e roupagem travestidas de novas.

Os republicanos não podem responder com alguma positividade aos 11 milhões de imigrantes latinos considerados ilegais. Obama apresentou em sua plataforma eleitoral de 2008 a proposta de reforma da lei de imigração, tornando-a mais flexível. Não cumpriu. Em 2011, 400 mil imigrantes foram deportados. Agora, retoma-a, para pedir votos. Cerca de 47 milhões de norte-americanos não têm acesso à saúde. O Medicaid (serviço público para os de baixa renda) e o Medicare (para idosos) não respondem a todas às necessidades. O sistema privado domina como monopólio. Ou seja, a maior potência está desprovida de um sistema universal de proteção à saúde da população. A reforma de Obama foi combatida pelos republicanos e somente será inteiramente implantada em 2019.

Temas como aborto, casamento gay, ensino religioso, impostos e orçamento militar diferenciam os democratas dos republicanos. Mas são conflitos pontuais que dividem a população pela ação das igrejas, pelo conservadorismo das instituições burguesas e pelos interesses particulares da indústria bélica. Os democratas sabem explorar perfeitamente tais aspirações populares e tais necessidades do próprio capitalismo.

É sabido que as medidas do governo Lyndon Johnson, na década de 60, contra o racismo resultaram não só do movimento da população negra como também da necessidade do capitalismo abrir caminho para uma de suas camadas acender à condição de classe média. Porém, o racismo não foi erradicado. Nem poderá sê-lo na sociedade de classes. A opressão sobre os negros continua a ser um tema de atração eleitoral para Obama.

Os sindicatos se acham completamente controlados pelos democratas. A classe operária concentrada e poderosa não conseguiu pôr em pé um partido que respondesse à independência

e ao programa da revolução socialista. A estalinização do Estado soviético e o processo de restauração capitalista liquidaram os avanços da vanguarda revolucionária nos Estados Unidos.

A IV Internacional esbarrou nesse enorme recuo das forças revolucionárias. Desintegrou-se após a morte de Leon Trotsky. Porém, manteve-se viva no programa internacionalista.

No presente, maior potência se contorce em mais uma crise e lança milhões de americanos na pobreza e avança a miséria. Os EUA terão de manter a ofensiva bélica nas regiões estratégicas e convulsionadas. Um confronto entre o imperialismo norte-americano e a China está se gestando. No Oriente Médio, cada vez mais o intervencionismo se torna uma exigência maior. Caso o Irã não capitule e não se ajoelhe diante dos Estados Unidos e Israel, enfrentará uma guerra. Essa possibilidade existe. A revolta das massas na região não se esgotou com a queda de algumas ditaduras. É sintomática a quantidade de manifestações anti-EUA, motivadas por uma provocação cinematográfica ao Islã. A burguesia norte-americana e seu governo, seja republicano ou democrata, galvanizam o ódio antiimperialista das massas do Oriente Médio.

Depois das eleições, o novo governo, seja democrata ou republicano, lançará uma ofensiva mais decisiva sobre a guerra civil na Síria e recrudescerá o cerco em torno do Irã. As contradições que levaram os EUA a perderem terreno na economia mundial e a crise em desenvolvimento – agora concentrada na Europa ocidental – os empurrarão com mais intensidade a conflitos bélicos. Não por acaso, Israel vem aumentando a pressão sobre Obama para que se decida pelo ataque às usinas nucleares do Irã. Mitt Romney promete manter elevado o orçamento militar e a fazer valer o poderio norte-americano, segundo ele, contestado devido a tibieza dos democratas.

A tarefa fundamental está em defender o Programa de Transição da IV Internacional e trabalhar pela construção do partido marxista-leninista-trotskista.

72 anos da morte de Trotsky

Tenacidade, tenacidade, tenacidade! (1)

14 de junho de 1929

As vacilações de Radek e outros personagens da cúpula, evidentemente, alentam Zinoviev. Os jornais dizem – e aparentemente não mentem – que Zinoviev sugeriu a Stálin uma novíssima consigna: “Com os trotskistas, mas sem Trotsky”. Dado que Zinoviev no momento em que capitulou perdeu não só os últimos restos de honra política, mas também seus partidários, agora trata de persuadir Stálin que inclua os “trotskistas” no partido para que estes, como todos os grupos e grupinhos capituladores, se autocondenem à nulidade política. Piatakov se converteu em um vulgar funcionário. Já não se ouve falar do famoso grupo de Safarov (2) (os zinovievistas de esquerda); como se se tivesse extinto. Zinoviev e Kamenev batem em vão às portas de Molotov, Orjonikije e Voroshilov: confundem as portas dos locais do partido com as portas do partido. Mas os funcionários não os recebem com os braços abertos. Segundo as informações pelas cartas vindas de Moscou, Kamenev esteve a ponto de dizer-lhe seu último adeus à política e propõe escrever um livro sobre Lênin. Por que não? Um livro mau é sempre melhor que uma política impotente.

Mas Zinoviev faz tudo o possível para fingir que está vivo. Cada nova capitulação significa para este venerável capitulador uma injeção estimulante.

Esta gente fala do partido, jura pelo partido, capitula em nome do partido. É como se esperassem que o partido acabasse por reconhecer sua covardia política e lhes desse acesso à direção. Grotesco, não é assim? É certo que a imprensa informa que as angústias partidárias dos capituladores receberam como prêmio a figura notável de Maslow. Diz-se que Maslow será eleito “dirigente”. Por quem? Não pelo partido, mas pelo aparato estalinista, que necessita uma mudança na Alemanha. Mas Stálin não tem a menor intenção de substituir-se a si mesmo. O paradoxo está em que os Maslows somente podem chegar a sua nova “glória” no aparato traindo Zinoviev, ainda que a política de Maslow fosse uma sombra do modelo zinovievista. Stálin pode necessitar de Maslow unicamente para opô-lo ao infeliz Thaelmann, mas não necessita de Zinoviev e Kamenev para nada (3). Necessita do funcionário Piatakov, o funcionário Kerestinski (4). Radek, em compensação, difícil-

mente poderia situar-se no sistema de Molotov. Para controlar o Comintern, necessitam agora de gente da envergadura de Gusev e Manuïlski (4).

Radek e alguns mais acreditam que chegou o momento mais favorável para capitular. Por que? Porque, vejam vocês, Stálin já liquidou Rikov, Tomski e Bukarin. Por acaso nossa tarefa consistia em conseguir que uma parte do grupo dominante liquidasse a outra? Por acaso mudou a posição principista sobre os problemas políticos fundamentais? Mudou o regime partidário? Não continua em vigência o programa antimarxista do Comintern? Há algo realmente seguro para o futuro?

Os golpes esmagadores dirigidos contra a direita, formalmente severos, mas superficiais do ponto de vista do conteúdo, são só um subproduto da política da Oposição. Bukarin acerta plenamente quando acusa Stálin de não ter inventado nada, de utilizar fragmentos do programa da Oposição. Qual é a causa da virada brusca do aparato para a esquerda? Nosso ataque, *nossa* atitude intransigente, o crescimento de *nossa* influência, a coragem de *nosso* quadros. Se no 15º Congresso nós tivéssemos feito o *hara-kiri* junto com Zinoviev, Stálin não teria nenhum motivo para renegar o seu próprio passado e adornar-se com plumas que arrancou da Oposição.

Radek, com sua capitulação, só conseguiu se automarginalizar das fileiras dos vivos. Cairá nessa categoria que encabeça Zinoviev, integrada por pessoas semissuspensas, semiperdoadas. Esta gente teme dizer uma só palavra em voz alta, ter opiniões próprias, e vive contemplando sua sombra. Nem sequer se lhes permite apoiar publicamente a fração dominante. Stálin lhes deu por intermédio de Molotov a mesma resposta que Benkendorf, general de Nicolau I, lhe deu ao diretor de um jornal patriota: o governo não necessita de seu apoio. Se Radek pudesse ser, como Piatakov, caixa do Banco do Estado, seria outra a situação. Mas Radek persegue os mais elevados objetivos políticos. Quer acercar-se do partido. Igualmente outros como ele, já não vê que a Oposição é precisamente a força mais viva e ativa do partido. Toda a vida do partido, todas as suas decisões e ações, giram em torno das ideias e consignas da Oposição de Esquerda. Na luta entre Stálin e Bukarin, ambos os bandos, como palhaços no circo, lançam-se reciprocamente a acusação de trotskista. Não possuem ideias próprias. Nós somos os únicos que temos uma posição teórica e capacidade de previsão política. Sobre estas bases estamos formando quadros novos, a segunda camada bolchevique. Mas os capituladores destroem e desmoralizam os quadros oficiais, os ensinam a fingir, a acomodar-se, a prostrar-se ideologicamente, em uma situação e uma época que exige uma coragem revolucionária inflexível para garantir a clareza teórica.

Uma época revolucionária esgota rapidamente a gente. Não é tão fácil suportar a pressão da guerra imperialista, a Revolução de Outubro, a série de derrotas internacionais e a reação a que estas dão lugar. As pessoas se desgastam, os nervos falham, a consciência decai e se desintegra. Sempre é possível observar esse fenômeno na luta revolucionária. Temos o exemplo trágico de como se desgastou a geração de Bebel, Guesde, Victor Adler e Plekanov (5). Mas esse processo durou várias décadas. O ritmo se acelerou enormemente depois da Revolução de Outubro e da guerra imperialista. Alguns morreram na Guerra Civil, outros foram fisicamente incapazes de resis-

tir; muitos, demasiados, capitularam ideológica e moralmente. Centenas e centenas de bolcheviques da Velha Guarda vivem agora como funcionários dóceis, criticam o chefe na hora do chá e fazem seu trabalho rotineiro. Mas pelo menos estes não participaram nos complicados jogos de adivinhação, não fingiram ser águias, não se lançaram à luta na oposição, não escreveram plataformas; simplesmente, degeneraram, lenta e silenciosamente, passando de revolucionários a burocratas.

Que ninguém acredite que a Oposição está livre de influências termidorianas. Temos toda sorte de exemplos de bolcheviques da Velha Guarda que, depois de brigar para manter-se fieis à tradição do partido e a sua própria, queimaram suas últimas forças na Oposição: alguns em 1925, outros em 1927 e em 1929. Mas todos se foram: seus nervos não podiam suportá-lo. Radek é agora o ideólogo apressado e ruidoso dessa classe de elementos.

A Oposição teria se suicidado vergonhosamente se tivesse procurado adaptar-se ao estado de ânimo dos cansados e dos céticos. No transcurso de seis anos de intensa luta ideológica surgiu e se educou uma nova geração de revolucionários, que pela primeira vez enfoca as grandes tarefas históricas apoiando-se em sua própria experiência. A capitulação dos mais velhos produz a seleção que esta geração necessita. Tal é o verdadeiro fermento das futuras lutas de massa. Esses elementos da Oposição farão o caminho para o núcleo proletário do partido e para toda a classe operária.

Tenacidade, tenacidade, tenacidade! Esta é a consigna do momento. Que os mortos enterrem seus mortos.

-
- (1) *Tenacidade, tenacidade, tenacidade! Biulleten Opozitsi, nº12, julho de 1929, traduzido (para o inglês) para este volume da edição norte americana por Itain Fraser.*
 - (2) *G.I. Safarov (1891-1941): militante do grupo de Leningrado de Zinoviev e dirigente da Liga Comunista Juvenil. Expulso do partido em 1927, se negou a capitular com os zinovievistas e foi deportado com os trotskistas, mas capitulou ao longo do tempo.*
 - (3) *Nikolai Kerestinski (1883-1938): membro do primeiro Politburo (1919). Apoiou a Oposição de Esquerda em 1923-1924. Capitulou junto com Piatakov em 1928, quando era embaixador soviético em Berlim. Acusado no Julgamento de Moscou de 1938, foi declarado culpado e executado.*
 - (4) *Serguei Gusev (1874-1933): velho bolchevique, e Dimitri Manuïlski (1883-1952) se ligaram à fração estalinista no início da década de 20. Como Trotsky, Manuïlski havia pertencido à organização independente Mezhrainstsi (Grupo Interdistrital), que se unificou com o Partido Bolchevique em 1917. Foi secretário do Comintern de 1931 até sua dissolução em 1943.*
 - (5) *Jules Guesde (1845-1922): fundador do movimento marxista francês e adversário do reformismo quase toda sua vida. Mas na Primeira Guerra Mundial passou a fazer parte do gabinete de guerra. Victor Adler (1852-1918): fundador e dirigente da social-democracia austríaca e membro do Bureau Socialista Internacional, também apoiou a Primeira Guerra Mundial. Georgi Plekanov (1856-1918): fundou em 1883 a primeira organização marxista russa, Emancipação do Trabalho. No exílio, colaborou com Lênin em Iskra (A Chispa). Posteriormente, se fez menchevique, apoiou a Rússia na Primeira Guerra Mundial e foi inimigo da Revolução de Outubro.*